



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 014

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 014

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Mensagens	03
Indicações	03
Requerimentos	04
Projeto de Resolução'	09
Projetos de Lei	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Reni Pereira	12
Dep. Barbosa Neto	14
Dep. Plsuto Miró Guimarães	15
Dep. Andr[e Vargas.....	15
Dep. Delegado Bradock	16
Dep. José Domingos Scarpellini	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto	17
Liderança do PTB	
Dep. Barbosa Neto	19
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	20
Liderança do PFL	
Dep. Durval Amaral	23
Liderança do PT	
Dep. André Vargas	25
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	22
Liderança do Governo	
Dep. Ângelo Vanhoni	26
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	29
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	29
Redação Final	31
2ª Discussão	31
1ª Discussão	31
Discussão Única (Indicações) ...	31
Requerimentos	32
Encerramento da Sessão Ordinária.....	32
Transcrições	32

011ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori e Ratinho Júnior (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 017/06

Curitiba, 08 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Francisco Beltrão, localizado na Colônia Missões, de parte correspondente a 378,67m2, com edificação, constituído pelo Lote nº 72-D, da Gleba 3-FB, com área total de 3.900,82m2, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, sob nº 3.483, Livro nº 2.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que no imóvel se desenvolviam as atividades da Escola Estadual Bairro de Miniguaçu, atualmente desativada.

A titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no expediente a mim encaminhado, esclareceu que o Executivo Municipal de Francisco Beltrão pretende a utilização do imóvel para implantação de Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO.

Por outro lado, vale ressaltar que no texto do anteprojeto de lei em referência figuram disposições expresas quanto à exclusiva utilização pela Prefeitura Municipal e, ainda, de retomada pelo Estado caso haja descumprimento de finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso ao município de Francisco Beltrão, de parte correspondente a 378,67m2, com edificação, constituído pelo Lote nº 72-D, da Gleba 3-FB, Colônia Missões, naquele município, com área total de 3.900,82m2, conforme matrícula nº 3.483, Livro nº 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2º. O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Francisco Beltrão exclusivamente para o funcionamento de Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. À **Diretoria Legislativa**.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 004/06

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda, à Secretaria da Receita Federal e à Superintendência Regional da Receita Federal, com a Indicação Legislativa à adoção de medidas para a alteração urgente do artigo 603 do Decreto 4543 do Regulamento Aduaneiro e do Decreto Lei nº 37, com efeitos retroativos, de forma a equilibrar a atividade fiscalizatória da Receita Federal sem afrontar demais dispositivos de leis que garantem a atividade de concessionários de serviço público de transporte de passageiros como taxis, vans, microônibus e ônibus de turismo, aluguel ou concessionários de serviços de transportes, a fim de preservar não só atividades lícitas do segmento de transporte, como a manutenção do equilíbrio jurídico, social e de relações diplomáticas com o Paraguai e mais celeridade na atividade fiscal.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Superintendência da Receita Federal, cumprindo seu papel fiscalizador, tem como prioridade na fronteira do Brasil com o Paraguai, em especial na cidade de Foz do Iguaçu, o combate ao contrabando e vem - na medida do possível, e com o contingente humano disponível - desempenhando com esmero sua função.

Ocorre que o atual Regulamento Aduaneiro, Decreto 4543 no seu artigo 603 disciplina que:

- responde pela infração de transportar mercadorias ilegais o proprietário e/ou consignatário do táxi onde a mercadoria está sendo transportada, no exercício de atividades própria do veículo e também nos casos de omissão de seus tripulantes.

Ocorre que tal dispositivo tem sendo cumprido a risca pela Receita Federal de Foz do Iguaçu, como era de se esperar de agentes públicos. Tais diligências têm causado inúmeras indignações e manifestações por parte de concessionários, autoridades e representantes do lado brasileiro e paraguaio, que por sua vez ficam perplexos com tais apreensões imaginando tratar-se de discricionariedade dos agentes públicos, já que a legislação em vigor, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, garante a atividade própria de tais veículos e profissionais sem a observância de atividades que não lhe são inerentes e para as quais também não são competentes como a fiscalização da bagagem de seus passageiros.

A Constituição Federal em seu artigo 5º dispõe: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer...* Ressalvadas as devidas proporções, mas ao

mesmo tempo garantindo a igualdade da lei a todos como garante a Constituição Federal teríamos que sugerir, caso não se entenda necessária tal alteração, que a Receita Federal passe a apreender também os aviões comerciais que fazem rota internacional quando algum de seus passageiros transportar na bagagem produtos ou mercadoria ilícita ou excedente da cota.

Salientamos ainda que entendemos que a atividade fiscalizatória na fronteira preserva milhares de empregos na indústria nacional, bem como a garantia do recolhimento de tributos que garante o papel do Estado, mas invocamos a obediência da hierarquia das leis e a supressão dos artigos referidos como forma de garantir que a mesma lei que faz com que a sociedade e os cidadãos e cidadãs respeitem o Estado e seus agentes como garantidores da ordem pública se aplique também na garantia de atividades lícitas como a concessão de serviços públicos de transporte de passageiros.

Diante do exposto, peço aos nobres Parlamentares que aprovem a presente Indicação Legislativa e que se somem a nós nesta luta em favor do respeito às leis e aos cidadãos da fronteira, do Paraná e do Brasil.

Segue anexo, cópias de reportagens de jornais locais demonstrando os conflitos sociais, econômicos e diplomáticos gerados e matéria da Revista CNT - transporte edição 126 tratando dos conflitos legais enfrentados pelos concessionários.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de março, (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Sessão Solene a realizar-se no dia 18 de abril de 2006, às 18h, pela passagem dos 149 (cento e quarenta e nove) anos, da edição do livro "O Livro dos Espíritos", editado em 18 de abril de 1857, por Hippolyte Léon Denizard Rivail, utilizando-se do pseudônimo Allan Kardec, cuja obra contém os princípios humanos, na política da fraternidade mundial.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Federação Espírita do Paraná - Alameda Cabral, 300 - CEP: 80.410-210 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa todo apoio institucional e também que o Plenarinho da Assembléia seja reservado, dia 26 de abril, quarta-feira, para a realização do Seminário do Bionergia, onde será discutida a lei paranaense de bionergia, envolvendo o aproveitamento de Biomassa (bagaço e palha de cana), para a produção de metanol.

Participação: Técnicos da Copel; Técnicos das Universidades do Paraná e do Brasil; dos Grupos Raudi e Peixoto de Castro, além das Cooperativas de Produtores de cana-de-açúcar.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de cópias da documentação que compõe todo o processo licitatório da Concorrência Internacional CI nº 6/2004 - lotes 6.1, 6.2, 6A, 6B e Concorrência Internacional CI nº 4.1 A/2005 - Lotes 411, 412, 413, 414, 415 e 416. Referente ao Projeto de Saneamento do Paraná - Paranasan.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, requer as cópias da documentação para que a Comissão faça o acompanhamento da execução do projeto.

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Cecília Caroline Specht, ocorrido em 09.03.2006, no município de Pato Bragado/PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: esposo: Luiz Specht, e aos filhos: Alfredo Clemente Specht, Valesca Maria Wolff, Ildo Pedro Specht, Roque Antônio Specht, Ivone Terezinha Hickmann, Valdir Francisco Specht, Vereador João Valério Specht, Eloni Fühler, Afonso Celestino Specht e Leo Jacó Specht, sendo que as correspondências deverão ser encaminhadas A/C do Vereador João Valério Specht, Presidente da Câmara Municipal de Pato Bragado.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Arlindo Lammel Neto, ocorrido em 07 de março/06, em General Carneiro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 23 anos de idade, faleceu tragicamente, dia 07 de março/06, no município de General Carneiro, o jovem Arlindo Lammel Neto.

Filho do ex-Prefeito de General Carneiro, Joelcy Marcos Lammel, Arlindo Lammel Neto era formado em Administração Rural e atualmente exercia funções como Secretário do Meio Ambiente na Prefeitura de General Carneiro.

Seu passamento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviço e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais esquecerão a sua maneira de ser, seus gestos, seus companheirismo e carinho dispensado.

Rogamos ao Pai Celeste que conceda aos nossos amigos, familiares de Arlindo Lammel Neto, o consolo necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lammel, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia o registro nos Anais da presente Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 06 de março, da professora Diva Vidal, uma das maiores educadoras da história do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Professora admirável, Diva Vidal faleceu com 94 anos, 77 dos quais dedicados ao magistério. Parnanguara de nascimento. Aos 17 anos, iniciou seus trabalhos como professora de educação física e posteriormente dedicou-se ao ensino da matemática.

Formada professora pela Escola Normal de Paranaguá, a educadora, apesar de não ter nenhuma graduação superior, recebeu em 1957 o título de “Professor *Honoris Causa* da Faculdade do Norte do Paraná”.

Na década de 70 foi coordenadora das inspetorias regionais de educação do Estado e com muita disposição, rodava todo interior num jipe.

Em 1993, recebeu do Ministério da Educação a Comenda da Ordem do Mérito Educativo Nacional.

Exemplo de competência e dedicação na tarefa de educar, sempre rígida e carinhosa com seus alunos.

Missão cumprida, possam os anjos velar-lhe o sono com cânticos de glória!

Encaminhamento: Seja este voto encaminhado ao sobrinho da saudosa educadora, Hugo Marques Vidal, Rua Nilo Cairo, 460, Ap. 11 - CEP: 80.060-050.

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao jornal Folha Norte, em comemoração ao aniversário de 05 anos.

Requer ainda, envio de cópia ao Diretor-Presidente Arthur Boligian Júnior, no endereço: Rua Castro Alves, nº 109 - CEP: 86.070-670 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao jornal Tribuna do Norte, em comemoração ao aniversário de 15 anos.

Requer ainda, envio de cópia ao Diretor Baltazar Eustáquio de Oliveira, no endereço: Av. Zilda Seixas Amaral, nº 4.270 - Parque Industrial - CEP: 86.806-380 - Apucarana-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Grupo Plantão Sorriso, em comemoração ao aniversário de 10 anos.

Requer ainda, envio de cópia à Coordenadora Emília Miyazaki, no endereço: Praça 1º de Maio, nº 130, sala D, Centro - CEP: 86.010-100 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Grupo Dignidade, em comemoração ao aniversário de 14 anos.

Requer ainda, envio de cópia à Diretoria do Grupo Dignidade, no endereço: Travessa Tobias de Macedo, nº 53 - 2º andar - Caixa Postal 1095 - CEP: 80.001-970 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Pastor José Polini, alusivos aos 22 anos de Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no município de Ponta Grossa, pelos seus 36 anos de Pastorado e pela passagem de seus 66 anos de idade.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Pastor Darcy Ribeiro, alusivos aos 20 anos de Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 387

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Polícia Rodoviária Federal, pela sua atuação eficaz nas rodovias de todo o Estado e de maneira especial, na região da Cantuquiriguaçu.

Vale a pena frisar que a Polícia Rodoviária Federal do Paraná é recordista em apreensões de narcotráfico em comparação com as PRF's de outros estados empatando somente com o Mato Grosso do Sul, sendo que apenas em 2006 no Posto da PRF de Laranjeiras do Sul foram apreendidos 639.730 kg de maconha, ou seja, aproximadamente 30% das apreensões realizadas em todo o Estado (2.082.846 kg).

Pelo trabalho íntegro que vem sendo realizado naquela região, através de métodos e critérios eficazes e

constante fiscalização e que tem sido fundamental para que o tráfico de drogas seja coibido na região e, por se tratar de uma região estratégica, conscientemente para todo o Estado do Paraná, peço a meus pares, apoio para mais esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Yuko Miura.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à educação e à coletividade londrinense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.03.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Deolino Basseto. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.03.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja expedido ofício para a Receita Estadual, e para a Secretaria de Estado da Fazenda, no sentido de reverem os valores médios dos combustíveis, gasolina e álcool, para sua justa diminuição.

Os preços médios em que incidem o ICMS para a Receita Estadual estão em R\$ 2,75 para a gasolina e R\$ 2,47 para o álcool. Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo) o preço médio da gasolina no Estado é de R\$ 2,54 e de R\$ 2,04 para o álcool.

Quem determina o preço médio é a ANP, assim, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vem solicitar a devida correção dos valores e da cobrança correta e justa do ICMS.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Fazenda e a Receita do Estado estão cobrando ICMS sobre o álcool e sobre a

gasolina de forma abusiva, já que trabalham com preços superiores aos preços médios no Estado do Paraná.

Segundo o próprio diretor da Receita do Estado a base para o cálculo do ICMS nos combustíveis é o seu preço médio final (ou seja o preço da bomba de combustível). Quem estipula, ou melhor, colhe e divulga o preço médio por Estado é a Agência Nacional de Petróleo (ANP). Segundo a ANP o preço médio final da gasolina é de R\$ 2,54, enquanto que a Receita estadual está trabalhando com R\$ 2,75, ou seja R\$ 0,21 a mais do que o preço médio real. Isso significa que só por esse erro o consumidor paranaense está pagando R\$ 0,054 a mais que o correto e justo.

O mesmo está acontecendo com o álcool. Enquanto a ANP divulga e afirma que preço médio está em R\$ 2,04, a Receita está cobrando ICMS sobre R\$ 2,47, isto significa uma diferença de R\$ 0,43, ou implica em um aumento de R\$ 0,0774 no preço final.

Assim, deve a Receita do Estado mudar o preço para a base do cálculo do ICMS sobre os combustíveis sob pena de estarmos onerando os cidadãos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora-Presidente da Fundepar, no sentido de viabilizar recursos financeiros para execução da obra de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Caio Mário Moreira, localizado no Conjunto Ovídio Franzoni, município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É uma reivindicação antiga da comunidade escolar, conforme podemos verificar os expedientes anexos do Colégio Estadual Caio Mário Moreira e Escola Municipal Ovídio Luiz Franzoni, tendo em vista que além proporcionar melhores condições de atendimento aos alunos, os professores poderão ministrar aulas de Educação Física regularmente, mesmo nos dias chuvosos.

REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar recursos financeiros para a recuperação e conservação da Rodovia PR-485, que interliga o município de Alto Paraíso ao município de Umuarama, Alto Paraíso ao município de Icaraíma, Alto Paraíso ao município de Balneário Porto Figueira e Porto Figueira ao Posto da Polícia Rodoviária, na divisa da Ponte Luiz Eduardo Magalhães.

A falta de conservação dessa rodovia está comprometendo o desenvolvimento social, econômico e industrial dessa importante região, conforme expediente anexo da Câmara Municipal de Alto Paraíso.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, para que determine providências na conclusão do inquérito policial, que vitimou o Sr. Nelson Renato Vosniak, em 15 de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O assassino confesso, Vereador Flávio Hormung Neto, filiado ao PMDB, continua solto pela cidade, ameaçando testemunhas conforme consta nos depoimentos. O mesmo em entrevista concedida ao jornal Gazeta do Povo, publicado no sábado, 11 de março de 2006, em nenhum momento demonstra arrependimento pela tragédia causada à família do Sr. Nelson Renato Vosniak.

Essa postura tem causado indignação à população de Reserva. A Promotoria alega que depende da conclusão do inquérito e dos laudos e exames de balística para andamento do processo.

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, indicando a engenheira agrônoma Elma Nery de Lima Romanó, Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná em Ponta Grossa, para assumir a Presidência do referido Instituto.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Rafael Greca, Natálio Stica, Hermes Fonseca, Arlete Caramês, Dobrandino da Silva e Ailton Araújo.

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informação ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando informações a respeito da

construção do viaduto no Conjunto Habitacional Jamile Dequech, em Londrina:

I - houve licitação para a execução da obra? Em caso positivo, informar:

- a) a empresa vencedora;
- b) a previsão do início e término da obra; e
- c) o valor da obra.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informação ao Secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, questionando se há interesse do Governo do Estado em subsidiar, nem que seja de forma parcial, a capacitação de mão-de-obra para os desempregados ou aqueles que estão em subempregos, na área de prestação de serviços a condomínios, conforme segue proposta em anexo.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, das matérias intituladas “Pedágio no Paraná: mais custo do que benefício”, “Diário de Viagem”, “Modelo precisa de aperfeiçoamento”, escrita por Fernando Rocha Faro e Fábio Galão, publicadas na Folha de Londrina, dia 12.03.06.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

As ações tomadas pelo Governo do Paraná desde os primeiros dias de 2003 na busca de uma tarifa de pedágio mais justa à sociedade paranaense ampliam as discussões e os debates sobre o modelo de pedágio implantado pelo governo anterior e, até, sobre a real necessidade da existência da concessão de rodovias no Estado.

Na sua edição de domingo (12) o jornal Folha de Londrina produziu um extenso material com o título principal: “Pedágio no Paraná: mais custo do que benefício”. Nas quatro páginas destinadas ao assunto, o periódico percorreu as estradas pedagiadas, ouviu entidades, caminhoneiros e comerciantes de beira de estrada.

Após o amplo levantamento, o jornal concluiu que o Governo do Paraná vem alertando há três anos: “O pedágio é caro, complica a vida das pessoas e os benefícios muitas vezes podem se resumir a uma bem feita ‘maquiagem’. Em alguns trechos, nem isso”. Este é o segundo material especial destacando o tema das conces-

sões rodoviárias no Paraná produzido por jornais de grande circulação estadual em pouco mais de três meses.

Em dezembro do ano passado, a Gazeta do Povo também elaborou uma série de reportagens intituladas: “O pedágio que não agrada ninguém”, com destaque para uma pesquisa que apontava que 64,6% dos entrevistados afirmavam que “o Governo Requião deve levar até as últimas instâncias as tentativas de baixar o pedágio na Justiça ou por meios administrativos.”

Já segundo o levantamento feito pela equipe da Folha de Londrina na edição desse domingo, “o alto custo do pedágio é responsável por mudanças drásticas na vida de muitos paranaenses, que se sentem vítimas da política de concessão de rodovias.”

O material é rico em personagens, caminhoneiros que sentem as tarifas apertarem cada vez mais os seus lucros e comerciantes que viram seus faturamentos minuirem ao longo dos últimos anos, pois seus clientes têm que economizar para passar pelas praças de pedágio.

De acordo com a Folha de Londrina, a cobrança de pedágio é hoje a principal barreira entre os caminhoneiros e sua grande paixão: a vida nas estradas. O jornal reforça o posicionamento de várias entidades representativas das classes dos caminhoneiros. Os autônomos são os que mais sofrem e já não agüentam arcar com os custos do pedágio.

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o artigo “Londrina, cadê você?”, de autoria do Sr. Carlos Rachid, publicado na Coluna Espaço Aberto, do jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 07.03.06.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, as matérias publicadas na Folha de Londrina, do último dia 10/03/06, conforme relação abaixo.

1 - Caderno Opinião, Página 2 - Editorial: “O triste espetáculo da matança”.

2 - Cadernos Opinião, Página 2 - Espaço Aberto: “Perdão, Deus” de Phoenix Finardi e “Encarando a Morte”.

3 - Cadernos Cidades, Página 4 - Oswaldo Militão: “As fotos da morte anunciada”.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica denominada de Luiz Carlos Molinari, a sala da Diretoria do Departamento de Pessoal desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O nosso saudoso colega Luiz Carlos Molinari iniciou como funcionário desta Casa, assumindo o Departamento de Pessoal, aposentando-se no referido cargo, porém continuou no desempenho da mesma função até o dia do seu falecimento, em 14 de dezembro de 2005.

É para nós um dia de muita tristeza, este dia em que redigimos este projeto de resolução para homenagearmos *post-mortem*, aquele saudoso colega da estirpe de Luiz Carlos Molinari, entretanto, é grande a satisfação que sentimos em podermos homenagear tão ilustre figura de saudosa memória. A decidida vocação daquele zeloso funcionário em prol da causa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, teve sempre um efeito seguro a cuja orientação sempre nos curvamos na certeza de trilhar o caminho certo. Funcionário no bom sentido, reconhecemos em Luiz Carlos Molinari, que sua luta sempre foi inspirada pelo desejo de bem servir.

A Diretoria de Pessoal, com arte de dirigir os colegas, é sem dúvida a mais difícil das artes. Exige ela do chefe, qualidades incomuns de descortínio, coragem, abnegação e caráter. Compreendemos perfeitamente a soma de sacrifícios que sempre representou ao nosso saudoso Luiz Carlos Molinari, porém, sempre com o sorriso aberto a todos. Seu corpo baixou à sepultura ao chamado por Deus, mas seu espírito paira mais vivo do que nunca sobre o imenso trabalho que empreendeu aqui na Assembléia Legislativa.

Esperamos de nossos colegas a aprovação deste projeto de resolução, por unanimidade, pois nada mais é do que homenagearmos nosso saudoso e digno funcionário deste Poder Legislativo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 092/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Medianeirense de Otimização da

Aprendizagem - AMOA, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Medianeirense de Otimização de Aprendizagem, designada pela sigla AMOA, fundada em 21 de novembro de 2005, é uma associação civil, filantrópica, com fins não econômicos de duração indeterminada, com autonomia administrativa, financeira, jurídica e patrimonial, com fim educacional, cultural, científico, tecnológico, de qualificação profissional, assistência e desenvolvimento social.

PROJETO DE LEI Nº 093/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Vereador Miguel Ribeiro Picheth, a rodovia PR-364, ligando os municípios de São Mateus do Sul à comunidade Água Quente no município de Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um homem que escreveu muito a história do Paraná, especialmente no município de São Mateus do Sul. A lúcida observação de que o homem é, por natureza, um ser político, resistiu ao passar do tempo e atravessou anos demonstrando sempre o seu acerto. Sem dúvida, a política está presente em quase todos os momentos de nossa vida, como por exemplo nos relacionamentos familiares de amizade.

A política é defendida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim sua finalidade de promover o bem comum.

O desenvolvimento e a coletividade dependem de vários fatores. Entre eles está o grau de participação de seus membros na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes.

Se tomarmos todas as dificuldades que se impõem no curso da atividade política, podemos afirmar sem susto que a homenagem que pretendemos prestar ao saudoso Vereador Miguel Ribeiro Picheth, do município de São Mateus do Sul, é sem dúvida a pedra angular da sociedade.

O Sr. Miguel Ribeiro Picheth nasceu em Tijucu Preto, município de São Mateus do Sul em 18 de setembro de 1945, filho de Omar Raimundo Picheth e Joaquina

Ribeiro Pichet. Fez seus estudos de 1º grau em São Mateus do Sul e depois seguiu para Curitiba onde cursou Química Industrial. Voltou para São Mateus do Sul em 1967 quando casou-se com Suely Consuelo Stoterau e tiveram quatro filhos: Josiane, falecida aos 34 anos; Omar, herdeiro político e atual Vereador em São Mateus do Sul; Marcelo, funcionário da Petrobras; e Janaína, estudante de Farmácia.

Foi Vereador nos períodos de 1969 a 1973; 1983 a 1989; 1997 a 2001; 2001 até 01/10/02, quando faleceu. Exerceu o cargo de Presidente do Hospital e Maternidade Dr. Paulo Fortes, de 1988 a 1991 e 1996 a 2002. Funcionário da Petrobras até 01/07/91, quando foi aposentado por ter sofrido dois infartos.

Presidiu a Câmara Municipal de 1983 a 1984. Conhecedor do regime daquela Casa, era conhecido como professor. Ajudou a criar a Acamsul, onde presidiu por dois mandatos, sempre procurando fortalecer politicamente a região. Sempre solidário com os mais humildes, Miguel faleceu no Dia Nacional do Vereador.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, sendo um dos políticos mais destacados. Particularmente ativo em momentos decisivos para a comunidade paranaense.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo de São Mateus do Sul, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome à rodovia PR-364, que liga o município de São Mateus do Sul à comunidade de Água Quente no município de Irati.

Consultamos o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, onde fomos informados que a mencionada rodovia PR-364, que liga o município de São Mateus do Sul à comunidade de Água Quente no município de Irati não possui denominação alguma.

Certamente muitas homenagem virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

PROJETO DE LEI Nº 094/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer, parte do trecho da rodovia PR-151, ligando o município de São Mateus do Sul à Comunidade de Lageado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Todo o trecho da rodovia PR-151 tem hoje a denominação de Rodovia Pedro Merhy Seleme, conforme determinação da Lei nº 10.439, de 30/08/93.

Com a apresentação deste projeto de lei, pretendemos simplesmente denominar o trecho da mencionada rodovia da localidade de São Mateus do Sul à comunidade de Lageado de Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer, portanto, desejamos a inclusão de um trecho e não a substituição do nome já existente na referida lei. Propomos este projeto de lei, com o intuito de homenagear um homem que escreveu muito a história do Paraná, especialmente no município de São Mateus do Sul.

A lúcida observação que o homem é, por natureza, um ser político, resistiu ao passar do tempo e atravessou anos demonstrando sempre o seu acerto. Sem dúvida, a política está presente em quase todos os momentos de nossa vida, como por exemplo nos relacionamentos familiares de amizade. A política é defendida ora com ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra mas sim sua finalidade de promover o bem comum.

O desenvolvimento e a coletividade dependem de vários fatores. Entre eles está o grau de participação de seus membros na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Se tomarmos todas as dificuldades que se impõe no curso da atividade política, podemos afirmar sem susto que a homenagem que pretendemos prestar ao saudoso Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer, do município de São Mateus do Sul, é sem dúvida a pedra angular da sociedade.

O Sr. Laurival Kwiatkowski Mayer, ex-Vereador, ex-Vice-Prefeito e Prefeito Municipal de São Mateus do Sul, deixou uma história muito linda no Paraná, especialmente no município de São Mateus do Sul. Faleceu no dia 24.11.05, na cidade de São Mateus do Sul, aos 66 anos de idade, deixando viúva a Sra. Idalina Mayer e filhos: Jussara, Izolde, Cleri, Cleide, Álvaro, Aramis, Elaine e dez netos. Foi Vereador no período de 1977 a 1982, Prefeito Municipal no município de São Mateus do Sul.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, sendo um dos políticos mais destacados. Particularmente ativo em momentos decisivos para a comunidade paranaense.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo de São Mateus do Sul, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome a Rodovia PR-151, que liga o município de São Mateus do Sul à comunidade de Lageado.

Certamente muitas homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

PROJETO DE LEI Nº 095/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatória a realização de processo licitatório para a escolha da instituição financeira que for

gerir os recursos financeiros do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º A abertura do processo de licitação dar-se-á com base na Lei 8.666/93 e do artigo 37 da Constituição Federal que regulamentam as licitações públicas.

Art. 3º Fica estipulado o valor mínimo de 150 milhões para a instituição financeira ficar com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas e o valor de 1,5 milhão para o caixa do Estado do Paraná.

Art. 4º Os recursos arrecadados com o processo licitatório deverão, obrigatoriamente, ser investidos nas áreas da educação, cultura e saúde.

Art. 5º Os valores estipulados no artigo 3º serão pagos em parcela única, debitados na conta do Governo do Estado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Movimentação das contas dos servidores (ativos, inativos e pensionistas) e o caixa do Estado são sem dúvida, os mais cobiçados negócios do mercado financeiro. O uso de contratos firmado sem a necessidade de licitação fere a Constituição Federal no seu artigo 37 e a Lei nº 8.666/93 que regulamenta todos os serviços prestados pelo setor privado ao setor público, através de licitações públicas.

A Lei nº 8.666/93, que nasceu para tornar transparente, além de democratizar os contratos entre privado e público, para que não houvesse privilegiados, proíbe qualquer prorrogação de contrato por mais de 5 anos. Todo serviço contratado pelo governo, a gerência de recursos financeiros públicos são serviços prestados, deve passar pelo processo licitatório que poderá ser aditado até o limite de 60 meses (5 anos), após esse período é obrigatório fazer-se outra licitação. Sendo apenas dispensado do processo quando bancos oficiais forem os gerenciadores destes recursos, conforme prevê a Constituição Federal.

Hoje, 23,9 milhões de benefícios do INSS são pagos mensalmente em todo o país, no total de R\$ 11,3 bilhões. Além do interesse nesse volume de recursos, o perfil dos beneficiários deve estimular os bancos a participar dos processos. O Banco Itaú ganhou o direito de gerir os recursos da folha de pagamento da Prefeitura de São Paulo, através do processo de licitação realizado no ano passado, pagando a quantia de R\$ 510 milhões à administração municipal paulistana, além de R\$ 1,5 milhão pela administração do caixa do município. No Paraná, o mesmo Banco Itaú pagou R\$ 80 milhões por uma prorrogação inconstitucional de contrato. A licitação

das folhas deverá reduzir despesas, mas seu principal objetivo será melhorar os serviços ao beneficiário.

O Brasil é o único país em que por lei, o empregador é que escolhe em que banco seu funcionário irá receber o salário, na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Estados Unidos, Argentina, Chile e outros países europeus deixam seus trabalhadores escolherem o banco em que desejam receber seus salários.

PROJETO DE LEI Nº 096/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.260, de 12 de julho de 1999, alterada pela Lei nº 12.765, de 17 de dezembro de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Paraná - Amipar, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública pela Lei nº 12.260, de 12 de julho de 1999, alterada pela Lei nº 12.765, de 17 de dezembro de 1999, que declarou de utilidade pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, que passou a denominar-se Associação dos Amigos do Paraná - Amipar, atendendo deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 21.10.05.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 097/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Aos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbanos ou rurais, que ampliem suas atividades produtivas estendendo-as para o período noturno, será fornecida energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento) sobre aquela vigente para estes consumidores no período diurno, respeitada a legislação federal vigente.

§ 1º A redução tarifária prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá em caso de redução da atividade produtiva diurna dos consumidores beneficiados.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por período noturno, aquele compreendido entre às dezoito

horas e às sete horas e por período diurno aquele entre sete horas e dezoito horas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Durval Amaral e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da presente proposta legislativa deve-se à necessidade de criação de mecanismos de estímulo ao crescimento da produção industrial e das atividades mercantis e de prestação de serviços, para maior geração de riquezas, com a ampliação da oferta de empregos e conseqüente melhoria do IDH e do PIB em nosso Estado.

Como é sabido, o custo da energia elétrica é fator significativo na composição dos custos tanto da indústria, quando do comércio e da prestação de vários serviços, portanto, a redução tarifária de tão importante insumo para esses setores produtivos, em horários de baixa demanda de energia, quando, em tese, inexistente o risco de falência do sistema; é um adequado e econômico instrumento de incentivo para a economia paranaense.

Como exemplo, cite-se o recente Congresso do Sindicato das Indústrias de Mandioca do Paraná, onde lideranças empresariais da região de Francisco Beltrão reivindicaram, além de subsídio para o plantio da safra, tarifa diferenciada de energia elétrica, para ajudar a fomentar o crescimento deste importante agronegócio no Estado.

A tarifa diferenciada no período descrito neste projeto de lei, ajudaria no desenvolvimento da cultura, não só de mandioca, mas de outros agroprodutos em todo Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 098/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao General de Divisão, Túlio Cherem.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.06.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O proposto título de Cidadão Honorário é um reconhecimento aos serviços prestados pelo Sr. Túlio Cherem, General de Divisão do Exército Brasileiro, que independentemente de ser, hoje, o Comandante da 5ª Divisão de Exército e 5ª Região Militar, é um cidadão dedicado às causas paranasistas e com laços estreitos com nosso Estado.

Nasceu em 15 de novembro de 1949, na cidade de Tijucas do Sul - SC. É filho de João Cherem e de Paulina

Cherem. Com a vinda da família para a capital do Paraná, no início dos anos 60, cursou o Colégio Militar de Curitiba nos anos de 1961 a 1967.

No ano seguinte, incorporou às fileiras do Exército, como Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras, sediada em Resende-RJ. Em 1971, concluiu o Curso de Artilharia daquela Academia, sendo declarado Aspirante-a-Oficial e classificado no 5º Grupo de Artilharia de Campanha Auto Propulsado, em Curitiba-PR.

É Mestre em Operações Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, curso que concluiu em 1981, e Doutor em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, estabelecimento de ensino que frequentou no biênio 85/86.

Dentre as funções exercidas, destacam-se as de: Instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende-RJ, no biênio 1976-1978; Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro-RJ, de 1982 a 1985; Instrutor na Escola de Comando do Estado Maior, Rio de Janeiro-RJ, no biênio 1988 - 1989; Oficial do Gabinete do Ministro do Exército, Brasília-DF, de 1993 a 1995; Comandante do 5º Batalhão Logístico, Curitiba, no biênio 1996-1997; designado para missões no exterior, foi instrutor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, em Assunção, de 1991 a 1992; Adido Militar na Iugoslávia, em Belgrado, no Biênio 1999-2000.

Como Oficial General foi Chefe de Gabinete do Estado Maior do Exército, em Brasília-DF, no biênio 2001-2002; Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão do Exército, em Curitiba-PR, de 2003 até julho de 2005.

Como Oficial Superior do Exército, foi sempre promovido pelo critério do merecimento. Ao posto que hoje ocupa, foi promovido em julho do ano passado.

É possuidor de oito condecorações nacionais e de seis condecorações estrangeiras.

É casado com a Sra. Adelaide Evaristo Cherem, natural de Blumenau-SC. O casal possui três filhos: Juliana, Fernando e Mariana.

Atualmente é o Comandante, na Capital do Estado do Paraná, Curitiba, da 5ª Divisão do Exército e 5ª Região Militar, comando este que tem a denominação histórica Região Heróis da Lapa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, novamente, a fronteira do Brasil com o Paraguai está trancada. Só que essa situação já ultrapassou os limites de permissão e o conflito que está se estabelecendo entre paraguaios e brasileiros é um conflito que tende a deixar seqüelas em consequência - e inclusive quem não tem nada a ver com as atitudes que a Receita Federal vem adotando do lado brasileiro.

No sábado pela manhã fui procurado por alguns agricultores paraguaios que estavam tendo as suas famílias desrespeitadas, ameaçadas e ainda no sábado pela manhã, a polícia do Paraguai atendendo a ordem do Prefeito de Cidade Del Este seqüestrou mais de oitenta carros de turistas brasileiros que passaram a fronteira para fazer compras. Em represália quanto à apreensão por parte da Receita Federal brasileira, de táxis paraguaios que traziam passageiros com compras do Paraguai.

E essa animosidade que vem se exaltando aos poucos em relação à instituição da Receita Federal, tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro, tem como fulcro, principalmente as ações da Receita Federal. E pensa-se que a Receita Federal está extrapolando os limites da sua função. Só que o regulamento aduaneiro que é um decreto do Ministério da Fazenda e da Secretaria Nacional da Receita Federal que estabelece essa permissão, no artigo 603 desse decreto do regulamento, diz que a Receita pode apreender os táxis no exercício da sua atividade. São duas situações: a primeira, quando estiver transportando passageiros que tenham mercadorias e, a segunda, quando eles concorrerem com omissão. Mas os taxistas, como também os motoristas de ônibus, eles têm, inclusive, em virtude de uma legislação municipal, obrigação de carregarem todos os passageiros e não podem estar fiscalizando a bagagem. O que a Receita Federal faz, com base neste regulamento aduaneiro, não extrapola a legislação. Eles estão usando a legislação em favor da fiscalização, inibindo não só o serviço de táxi, como o de transporte regular de passageiros em ônibus de turismo.

O apelo que faço em uma indicação legislativa, hoje - peço, Sr. Presidente, que V. Exa. determine urgência ao Departamento Legislativo desta Casa, para que isso possa chegar em Brasília nesta semana, no sentido que a Receita Federal também revogue, por decreto, esse dispositivo. Porque o artigo 5º da Constituição Federal determina que "todos são iguais perante a lei". Se a Receita Federal em Foz do Iguaçu está prendendo táxi, com base nesse regulamento aduaneiro, também vai ter que apreender aviões comerciais, quando um passageiro embarca nos Estados Unidos e chega aqui em São Paulo ou em qualquer aeroporto internacional, que tenha excesso de bagagem. Porque a exemplo dos taxistas, dos motoristas de vans, de ônibus, que não têm competência para fiscalizar a bagagem, também as aeronaves e as tripulações de aviões, principalmente comerciais, não podem ter essa incumbência que não lhes diz respeito. Aliás, eles podem ser acionados judicialmente se quiserem questionar e fiscalizar a bagagem dos seus passageiros.

Esse conflito de legislação tem gerado consequências na fronteira, que nós não sabemos aonde vão terminar. Os prejuízos diplomáticos e econômicos que o Brasil terá com isso e os brasiguaios que são centenas de milhares, que têm suas famílias estabelecidas na agricultura e em negócio no Paraguai, estão pagando um alto preço, por essa inflexibilidade da Receita Federal, no que diz respeito a um decreto que não pode ser maior do que a Constituição.

Não posso aquiescer, e tenho certeza que os demais Pares desta Casa, em especial os Deputados de Foz do Iguaçu, Chico Noroeste e Dobrandino, que acompanham de perto essa situação, continuem assim.

Peço novamente que a Mesa Executiva desta Casa, determine ao Departamento Legislativo que tente, pelo menos até amanhã, expedir essa indicação legislativa para os ministérios a que é direcionada, porque infelizmente a situação está insustentável na fronteira.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte, nobre Deputado Reni Pereira. Quero parabenizá-lo pela sua preocupação em relação à fronteira.

Sr. Presidente, é uma calamidade e não podemos admitir o absurdo que a receita Federal está cometendo em Foz do Iguaçu. Primeiro, porque ela não é dona do Brasil. Não dá para admitir o que está sendo feito, com pessoas humildes muitas vezes.

Estivemos em uma reunião na semana passada com cerca de seis Deputados do Paraguai e o Prefeito da Cidade de Leste, que demonstraram a sua preocupação, ameaçando retaliar o lado paraguaio, em função do abuso da receita. O que nos assustou é que no dia seguinte, segundo eles, o nosso Presidente Lula ligou para o Prefeito de Cidade de Leste, dizendo que não sabia o que estava acontecendo na fronteira. Isso é preocupante. A imprensa tem noticiado diariamente, representando o Governo Federal, inclusive, o Presidente da Itaipu Binacional, que é amigo do Presidente. E se não relatam isso, não sei o que esse Governo está fazendo.

A preocupação é muito grande e é preciso que ajamos com rapidez, porque vão quebrar, não só Foz do Iguaçu, mas o resto do Paraná. É muita arrogância. O Governo Federal está dando muitos poderes para a Receita, para fazer o que ela bem entende. Não podemos admitir.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Realmente, essa situação na fronteira está tendo consequências, mais uma vez afirmo. Porque brasileiros que nada têm a ver com a situação, tiveram os seus bens apreendidos, no caso veículos, no dia de sábado, e isso está fazendo com que os turistas não tenham mais condições, nem vontade e interesse de passar para o lado de lá

para fazer compras, o que certamente vai gerar represálias por parte dos brasiguaios.

Gostaria de mais uma vez deixar claro a esta Casa, que ninguém é contra que a Receita exerça o seu papel de fiscalizador. O que somos contra, como representantes da população do Paraná, é que não se respeite as leis e, principalmente, a hierarquia das leis.

A Constituição está acima, mas bem acima de uma regulamentação aduaneira, que foi baixada via Decreto de Secretário da Fazenda e que no artigo 603 diz que: *responde pela infração de transportar mercadorias ilegais o proprietário ou consignatário do táxi onde a mercadoria está sendo transportada, no exercício de atividade própria do veículo e também no caso de omissões de seus tripulantes.*

A atividade própria do veículo táxi, seja brasileiro ou paraguaio, é transporte de passageiro e não fiscalizar mercadoria; isso é competência da Receita. Agora, se a Receita amedrontar e apreender os táxis, certamente, não havendo transporte, não haverá o contrabandista ou o passageiro com a mala, com mercadoria. Mas também, se não existir fronteira, não existe Receita.

Acho que temos que ter um pouquinho de bom-senso e essa indicação, que peço o apoio dos Deputados, e espero contar com o apoio dos cinquenta e quatro Deputados, ela se revestirá da força do Poder Legislativo do Estado do Paraná, na defesa do Estado do Paraná, da legitimidade e da legalidade em ações de poderes públicos federais.

Peço, mais uma vez, urgência.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)
(Assentimento)

Sr. Presidente, queria comunicar à Assembléia que o Supremo Tribunal Federal acaba de cassar a liminar do Tribunal de Porto Alegre, que determinava sanções contra o Procurador do Estado e o Governador do Estado, pelo caso de terem retirado os depósitos do Banco Itaú e colocado no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Essa decisão de justiça do Supremo Tribunal Federal dá ao Governador do Paraná plena razão e justiça para manter os recursos públicos em banco público.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o comunicado de V. Exa.

Com a palavra, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Subo à tribuna, na tarde de hoje, para comunicar a esta Casa que estou deixando a Liderança do Partido Democrático Trabalhista nesta Assembléia Legislativa. Nós queremos comunicar a todos os nossos companheiros, a todos os outros cinquenta e três Deputados estadu-

ais dessa decisão, a qual anunciei pela manhã também, na reunião ordinária da Executiva Estadual do nosso Partido Democrático Trabalhista.

Quero agradecer aos demais Deputados do PDT, ao Vice-Presidente desta Casa, Augustinho Zucchi, aos Deputados Renato Gaúcho, Neivo Beraldin e Luiz Carlos Martins, pela oportunidade de, nesses dois anos, ter essa missão muito difícil de ser Líder de um Partido que tem um significado histórico muito grande para o trabalhismo brasileiro.

Em nenhum momento usei a Liderança para defender interesses pessoais e em nenhum momento tive aqui algum tipo de desgaste no campo pessoal, com qualquer dos Parlamentares desta Casa. Todas as minhas defesas ou todas as minhas inflexões foram no sentido partidário, seja político, seja ideológico, mas em consonância com o que prega o Partido Democrático Trabalhista, sob a égide do nosso grande Leonel de Moura Brizola, aqui também procurando defender o Comando Estadual do Partido e o Senador Osmar Dias.

Quero agradecer ao convívio harmônico, não em todos os momentos, mas respeitoso com que tive para com o Líder da Situação, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva ou o Deputado Ângelo Vanhoni ou o próprio Deputado Natálio Stica, que ocuparam esse cargo; agradecer ao Deputado Valdir Rossoni, atual Líder da Oposição. E a todos aqueles que tiveram a confiança dentro do partido para tratar dessas questões quando são importantes na consulta para o Líder do Partido.

Não há mágoa, não há nenhum tipo de ressentimento, em nenhum momento, porque são questões que temos que superar todos os dias. Para mim foi motivo de muito orgulho e um aprendizado muito grande poder assumir essa função de Líder do Partido Democrático Trabalhista, nesta Casa.

Mais uma vez, quero deixar claro que estamos entregando o cargo também em consonância com o Senador Osmar Dias, e dizer que ninguém pode se perpetuar nessa condição. Já são dois anos que ocupo a Liderança do Partido nesta tribuna. E agora acredito que, dentro do princípio da alternância, abriremos espaço para que outro Líder venha assumir esse papel, o qual vai ter, deste Deputado, também, o total respeito para com a hierarquia.

Estaremos discutindo, estaremos fazendo os encaminhamentos, sempre defendendo o Partido, os interesses trabalhistas e tudo aquilo que o PDT defende e defendeu ao longo desses anos todos, aos dezesseis anos que eu, graças a Deus, tenho o orgulho de estar no Partido.

Agradecer também a todo o pessoal da Mesa Executiva, a todos os assessores, aqueles que sempre souberam compreender também o nosso noviciado, dizer que foi um aprendizado muito grande. E eu deixo essa função de cabeça erguida, enriquecido de poder conviver com grande personalidade dentro desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Permite um aparte, Deputado Barbosa Neto?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Estou no Horário do Pequeno Expediente, agradeço até a oportunidade, mas infelizmente não posso conceder.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Embora V. Exa. esteja deixando a Liderança do PDT, que sempre exerceu com muito brilho nesta Casa, se quiser usar o Horário do Partido, está à sua disposição.

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma das manchetes do jornal Folha de São Paulo: (Lê):

Produção industrial só não cresce no RS e PR., diz IBGE da Folha Online

A produção industrial brasileira registrou em janeiro crescimento de 12 das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Só houve queda na comparação com o mesmo mês do ano passado no Rio Grande do Sul (-2%) e Paraná (-5,3%).

Conforme o IBGE divulgou na semana passada, a produção industrial brasileira apresentou crescimento de 3,2% no primeiro mês deste ano. Registraram crescimento acima da média Pará (10,7%), Espírito Santo (10,1%), Ceará (9,9%), Bahia (6,6%), Rio de Janeiro (5,8%), Amazonas (5,6%), Minas Gerais (5,2%) e Pernambuco (4,3%).

No Estado de São Paulo, a alta foi de apenas 1,7%. Também tiveram expansão abaixo da média nacional Santa Catarina (2,1%), região Nordeste (1,9%), e Goiás (1,2%).

Apesar dos resultados da maioria dos Estados ser positivo, a produção industrial patinou no início deste ano. Na comparação com dezembro de 2005, o nível de atividade em janeiro caiu 1,3% (já descontados os efeitos sazonais).

Quedas

A indústria gaúcha, que caiu pelo quinto mês, foi prejudicada em janeiro principalmente pelos setores de máquinas e equipamentos (queda de 19,8% na produção), refino de petróleo e produção de álcool (-18,5%) e calçados e artigos de couro (-5,1%).

Já a produção industrial paranaense recuou 5,3%, o sétimo resultado negativo consecutivo. A principal contribuição negativa foi de veículos automotores (-33,7%). E menor medida, porém, também tiveram influência na retração edição e impressão (-20,6%) e madeira (-9,7%).

São Paulo

No Estado de São Paulo, principal parque industrial do país, a indústria registrou crescimento de 1,7% alavancados pelos setores de equipamentos de comunicações (32,4%), veículos automotores (7,6%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (13,5%).

Por outro lado, as reduções da produção observadas nos setores de edição e impressão (-13,3%), metalurgia básica (-9,3%) e farmacêutica (-5,5%) impediram um crescimento mais expressivo.

Pergunto a todos vocês: nós ligamos a televisão, vemos as propagandas pagas pelo Governo do Estado do Paraná, apontando que a maravilha do Brasil está aqui no Estado, que o crescimento industrial, o crescimento da produção estadual, mês a mês, é positiva. Quem é que mente? A propaganda oficial, paga com o dinheiro público, nos meios de comunicação do Estado do Paraná ou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE? Eu confio no IBGE. Agora, é justo, Deputados Rossoni e Justus, vemos o Governo gastando só no ano passado, 140 milhões de reais, na mídia, nos meios de comunicação do Estado do Paraná para dizer que o Paraná é o melhor Estado da Federação, sendo que na verdade, o Estado, por sete vezes consecutivas, tem retração na produção industrial? A retração na produção industrial chama-se desemprego direto para o trabalhador paranaense. Acorda, Governador, chega de trazer inverdades para o povo do Paraná, com o dinheiro público, pagando a mídia paranaense!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realmente esse não é o tema que me traz aqui neste plenário, mas se realmente é verdade que tivemos uma freada na arrumação da economia do Brasil no ano passado, é bem verdade que no Paraná as conseqüências foram muito maiores. É de se perguntar qual é a política industrial do Estado do Paraná.

Acho que valeria a pena, em função dos dados ora apresentados e são públicos, todos os meios de comunicação divulgaram, seria importante que a Comissão de Indústria e Comércio, de Economia desta Casa e acho que o Presidente é o Deputado Elio Rusch, não sei bem, trouxesse para a Casa, o nosso Secretário de Indústria e Comércio, para que nós, em cima desses dados, fizéssemos uma avaliação. Nenhuma convocação, mas que o trouxessem para cá, para fazermos uma reflexão com o Governo e também com outros setores da economia, porque de fato, preocupa-nos muito os indicadores do Paraná. É bem verdade que precisaríamos ter um ambiente mais favorável aos investimentos, coisa que nós não temos.

Mas, venho aqui a este plenário, para fazer um protesto. Hoje faz dois meses, Deputado Hermes da Fonseca - e V. Exa. acompanhou, do assassinato de Nelson Vosniaki, Presidente do PC do B, lá em Reserva, assassinado pelo Presidente da Câmara. Desde lá, Sr. Presidente, companheiros e companheiras e sociedade paranaense que nos ouve, esse crime que, se tem características políticas e independente de tê-las, existe um caráter de impunidade que marca o nosso Estado com relação a crimes políticos envolvendo políticos. O crime do Facchini, Presidente do PT de Imbituva, jaz sem investigação. Companheiros do PPS, aqui de Campo Largo, também sem nenhuma apuração. Daqui da nossa Região Metropolitana, de Almirante Tamandaré, também. Companheiro de Ivaiporã, assassinado por motivação política, o Julião, permanece sem apuração e agora, no mesmo dia em que a Gazeta do Povo publicou um fenômeno que lá na cidade de Reserva, 207 quilômetros aqui da Capital, a mesma distância de Londrina, cidade nas mesmas condições da maioria dos municípios do Paraná, o Presidente da Câmara dos Vereadores assassina o Presidente do PC do B e até o presente momento, pasmem senhores, não só ele está solto e andando pela cidade, como continua presidindo a Câmara de Vereadores, exercendo o mandato!

Se isso não é para indignar Deputados e Deputadas, digo para os senhores, isso deixa muito indignada a população de Reserva, do Paraná. Porque certamente, se fosse um cidadão comum, que de forma tresloucada cometesse um crime dessa ordem, Deputado Jocelito canto, que conhece a realidade de Reserva, estaria preso, estaria atrás das grades. Mas, lá pilotando o seu F-250, o mesmo carro do qual assassinou o Nelson Vosniaki, irmão de Luiz Vosniaki, que foi o candidato do nosso Partido a Prefeito, que quase ganhou as eleições em Reserva e, que padeceu e pagou com a vida.

Até quando companheiros, aqui no Paraná vai ficar essa imagem de que somos terra de ninguém? Até quando crimes políticos dessa ordem vão permanecer acobertados? A Secretaria da Segurança, - temos conversado constantemente - precisa acelerar o encaminhamento ao Ministério Público.

Portanto, faço um protesto, como Presidente Estadual do PT, como Deputado e como cidadão paranaense, para que tais ocorrências recebam punições mais severas.

Lamentavelmente no nosso país, aquele que tem curso superior tem prisão especial. Prisão em melhores condições, quando na verdade era aquele analfabeto que deveria ter prisão especial. Infelizmente, no caso de Reserva, o Presidente da Câmara está sendo privilegiado e a impunidade viceja.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra o próximo orador, Deputado Braddock.

Deputado Delegado Braddock (PMDB)

O SR. DELEGADO BRADDOCK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, neste momento, agradecer o apoio que eu tive dos meus colegas ontem, foram quatro colegas que hipotecaram seu apoio à minha pretensão ao Tribunal de Contas. Agradecer sobremaneira. Elogiar a Casa, pelo processo democrático que teve, no sentido de dar iguais condições aos candidatos que participaram do pleito ao Tribunal de Contas.

Causa-me estranheza que nós vivemos num país onde deveria persistir e imperar a democracia, até a gente vê a imprensa livre, falando isso, falando aquilo, mas em alguns rincões, em algum canto da nossa República, ela se transforma muitas vezes nem feudo. E aparece o senhor feudal, muitas vezes, ou um coronel ou um rei ou talvez um deus que não gosta de ser contrariado nas idéias.

Ontem participei, achando que era meu direito como Deputado - acho que me enganei - acho que não tinha o direito de participar do pleito. Participei, pedi voto, pedi aos colegas na maior lisura possível e às 18h16 recebo no meu gabinete um fax oriundo da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, recolhendo ao cargo, ao grupo de recursos humanos da SESP o meu chefe de gabinete, que é escrivão de polícia.

Creio eu que houve um engano. E mera coincidência o horário e mera coincidência a data, de recolher meu funcionário. Pesquisando, depois, na SESP, hoje pela manhã, verifiquei que não era só eu, Deputado, que tinha funcionário à disposição nos seus gabinetes.

Estranhei, então, que só o meu funcionário - que é um escrivão de polícia, formado em Direito, doutor em Processo Penal, tenha sido revogada sua disponibilidade. Uma mera coincidência.

Creio e espero acreditar que meu Governador não tenha nada com isto. Espero, ele que é um amante da democracia, um amante das liberdades democráticas e possui um cunho esquerdista, não deveria - e não deve ter sido ele - quem autorizou esta monstruosidade contra minha pessoa. Imagino que não foi ele. Imagino, como diz um vereador da cidade, deve ter sido um dos seus "astecas" quem fez isto.

Agora, com tristeza, um Partido pelo qual briguei, um Partido que lutei quanto tinha 8% nas pesquisas, na eleição passada eu a pé, somente com sapato, sem propaganda, minhas propagandas eram xerox, eu pedindo nome, pedindo voto para o meu Partido, receber, porque eu achava que tinha direito, como Deputado, de ser candidato. Achava. Eu devo até rever...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. DELEGADO BRADDOCK (PMDB)

Muito obrigado.

Eu achava que tinha direito. Vou rever o Regimento Interno para ver se eu errado ou estava certo. É triste que isto aconteça.

Espero que este mal-entendido seja desfeito. Espero que nosso Governador, democrático que é, nosso Líder do Governo - que eu prezo tanto, o Deputado Dobrandino - o Líder do nosso Partido, Deputado Anibelli, verifiquem se houve um mal-entendido. Deve ter sido. Muitos papéis para assinar, numa destas, assinou um papel sem saber. E aconteceu esta monstruosidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, queria cumprimentar o Vice-Governador - este sim, democrático - pela brilhante vitória que teve. E dizer de público que nunca tive nada contra o Vice-Governador. Sou admirador número 1 dele. Até achava, e acho, que deveria ser nosso Governador, pela simplicidade, pela riqueza que tem dentro da sua alma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar aos Deputados que participaram ontem, como todos aqueles que se inscreveram e vieram para esta Casa submeter o seu nome à apreciação da Assembléia Legislativa. E cumprimentar o vencedor, o nosso sempre Deputado Orlando Pessuti, que certamente vai honrar muito a Casa que sempre primou, que é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Deputado Bradock, as pessoas dão esse tipo de tratamento sim: as pessoas esquecem do ontem e estão sempre na previsão do porvir, na política é bem assim.

Mais uma vez venho à tribuna para falar sobre as manifestações que acontecem no Parque Nacional de Ilha Grande. Onde cerca de duzentos ilhéus reocuparam, no último domingo, a Ilha Bandeirantes e fizeram ontem uma manifestação pacífica na ponte sobre o Rio Paraná. A ponte que liga o Paraná ao Mato Grosso.

Os ilhéus, que foram desapropriados em 1997, despejados, e até hoje não receberam a indenização, aproveitaram o momento em que o Brasil recebe em Curitiba um evento internacional sobre meio ambiente, para chamar a atenção do Presidente Lula, da Ministra Marina Silva, do Ibama, dos ambientalistas do mundo e também do Governo do Paraná que, até hoje não disse uma só palavra sobre esses 3500 ex-proprietários que foram desapropriados e despejados de lá.

Por isso eles recuperaram suas propriedades que lhes é de direito, porque não receberam o pagamento que lhes é devido pelo Governo Federal. Mas, o que diz o Superintendente do Ibama aqui no Paraná? “O grupo de

manifestações é mal intencionado e pode ser processado e ainda vai ficar de fora das indenizações.”

Eles são mal-intencionados? Como pode ser mal-intencionado um ancião de 71 anos de idade, como o Sr. Lício, que tinha a sua terra titulada pelo Incra, lá na Ilha? Lá criou onze filhos e foi arrancado de lá há dez anos. Não recebeu o pagamento e vive de esmola e de favor agora em Guaíra, em Foz do Iguaçu. Com 71 anos de idade, esse velhinho, que criou onze filhos e tinha um título de terra de um pouco mais de vinte hectares na Ilha, é chamado pelo Superintendente do Ibama de mal-intencionado.

Mal-intencionado é, sim, o Superintendente do Ibama do Paraná, o Sr. Marino Gonçalves que, não tendo participado de nenhuma reunião sobre o assunto todo o ano passado, ficou criando uma expectativa de que seriam pagas as indenizações para as famílias. Não foram.

E quero aqui, Sr. Presidente, dizer que essas três mil e quinhentas famílias que foram desapropriadas e despejadas de lá, ficaram sem ter onde morar, sem ter o que comer, sem ter o que fazer da vida e, ainda, são chamadas de mal-intencionadas pelo Superintendente do Ibama.

Estamos solidários a elas e queremos que o Governo Federal pague de imediato, sob pena de entrarmos com uma ação anulando a desapropriação, porque o processo de desapropriação é decadente, o direito já entrou em decadência pelo não cumprimento das leis e daquilo que já foi estabelecido anteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Passamos ao Horário das Lideranças. Bloco PTB, PL. Com a palavra, Deputado Jocelito Canto, por dez minutos.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos acostumados a ver reclamações, quase que constantes, falando da polícia. Tem dois setores que é bom para se falar: da segurança pública e da saúde. São dois departamentos bons de falar porque sempre há um problema. A saúde, porque por mais que um governante tenha prioridade, sempre vai ter problema. A segurança, nem se fala. Se a polícia fizer dez ações boas e errar uma, ela paga por aquela uma errada e as dez boas ficam de lado, ninguém “dá bola”.

Hoje, queria aproveitar para falar sobre a importância de alguns investimentos que estão sendo feitos porque sentimos que algumas melhoras estão acontecendo.

Vejo o Deputado Barbosa Neto reclamar, constantemente, de Londrina; vejo nos jornais a situação de Foz do Iguaçu e vejo, neste momento, também que a nossa região dos Campos Gerais, aos poucos, vai se consolidando como a região mais calma em relação às demais regiões do Paraná. Isso se deve a um trabalho constante que vem sendo feito pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e, principalmente, pelos novos equipamentos que estão sendo colocados lá em Ponta Grossa.

Nesta semana, o Governador autorizou novos equipamentos, kits que já estão em Ponta Grossa, que vão ajudar em alguns bairros da cidade. Por outro lado, também está iniciando em Ponta Grossa, no começo deste mês, uma escola de polícia, já que fazia muitos anos que não era realizado em Ponta Grossa. Vamos receber 133 policiais, agora, em Ponta Grossa, aumentando e colocando em ordem o efetivo da Polícia Militar dos Campos Gerais. Desses, 33 serão mulheres, o que é muito importante. Vamos ter 133 novos policiais nas ruas de Ponta Grossa. Essa é uma vitória da segurança pública.

O Governador autorizou, esta semana também, a colocação em Ponta Grossa, dentro do 1º BPM, de uma unidade, um destacamento de cavalaria, que era uma reivindicação muito antiga e muito esperada até porque a região de Ponta Grossa é a região ligada aos tropeiros, aos cavaleiros, a muitas pessoas que cultivam essa tradição até hoje. O Governador autorizou, nos próximos dias deve ser implantado um destacamento de cavalaria dos Campos Gerais. Então, as coisas vão, aos poucos, melhorando.

Esta madrugada aconteceu um crime bárbaro em Ponta Grossa e foi para as páginas de jornais. Dois bandidos entraram numa chácara, mataram o caseiro e acabaram ferindo um segundo caseiro também. Mas, a ação, a rapidez da polícia do 1º BPM do Comandante Japiassu, da sua equipe, do Delegado Noel, rapidamente, um belo trabalho da polícia, prendeu imediatamente os autores.

Então, a polícia está agindo. Não é culpa da polícia que o camarada adentre numa chácara e mate alguém. A polícia faz a sua parte. Porque vejo só se falar mal da polícia. Mas, a polícia também tem o lado bom. Tem pessoas boas, interessadas em fazer da segurança pública uma melhora. Claro que a segurança não está perfeita, não cai a 100% mas, está melhorando e é isso que precisamos entender. Há mais de vinte anos que não ia um policial para a nossa cidade. Agora vão 133. A região de Telêmaco Borba ganhou uma Companhia Independente que era um sonho daquela região.

Aos poucos o nosso Campos Gerais vai melhorando. E é por isso que aí o nível de segurança é maior do que nas outras regiões. Porque temos equipamentos, temos lá um comandante muito bom que é o Coronel Japiassu, um homem que conhece profundamente a questão da polícia. Vai se aposentar agora no final do ano, vai para a reserva e temos lá também uma equipe boa na 13ª Subdivisão Policial. Agradeço ao nosso Governador que está autorizando esse destacamento da cavalaria para Ponta Grossa, que é muito importante.

Mas, queria aproveitar para falar outra coisa boa de Ponta Grossa e quando falo em Ponta Grossa eu falo dos Campos Gerais.

Temos lá a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que recebeu recentemente, recursos de 700 mil reais para colocar um centro de odontologia. Um dos primeiros. O Governador autorizou a fazer investimentos de 700 mil reais para atender a melhoria do curso de odontologia e ao mesmo tempo atender às crianças carentes de Ponta Grossa. E olha a seriedade da Universidade Estadual de Ponta Grossa na figura do reitor, do professor João Carlos Gomes e dos demais professores: num pregão eletrônico a Universidade conseguiu diminuir 25% o custo daquela licitação. Cento e oitenta mil reais a menos. Com esse dinheiro, ontem a Universidade inaugurou o Centro Radiológico de Odontologia com RX panorâmico e RX digital que poucas universidades deste país têm. Com esse dinheiro que sobrou dessa segunda licitação!

Mas, fizeram um pregão novamente. E dos 180 mil reais que sobraram, foi feito um novo pregão eletrônico e se conseguiu mais 25% de desconto. Quarenta e poucos mil reais para uma terceira obra, um terceiro equipamento que falta lá no curso de odontologia.

Então, queria manifestar, que na Universidade de Ponta Grossa têm pessoas sérias, direitas, dignas. Claro que, se houve desvio, não foram todos que estão lá. E a maior prova está aqui hoje. Numa licitação de 700 mil reais, conseguiu-se desdobrar em três, diminuindo 25% na primeira, na segunda e vai ter a terceira, para uma terceira obra, um terceiro equipamento que falta no Curso de Odontologia.

Os nosso agradecimentos ao Governador que liberou essa verba, que foi cuidada com seriedade, honestidade e responsabilidade. O resultado foi desdobrado em três. Deu para se fazer aquilo que se queria e mais equipamentos foram colocados. Isto se chama transparência e seriedade.

Por isso os nosso elogios à Universidade Estadual de Ponta Grossa, na figura do reitor Paulo Godoy, pela sua transparência, honestidade e respeito pela causa pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Liderança do PPS. Liderança do PDT.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria registrar nos Anais da Casa, a presença dos Vereadores do município de Nova Aurora, Dílson Ferreira da Silva; Manoel Evaristo da Silva e Vilmar Abade.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

É com muita honra que a Assembléia registra a presença dos Srs. Vereadores nesta Casa.

No horário do PDT, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como está repercutindo negativamente esses chamados sacrifícios sanitários de bovinos ou o abate, a matança de bois, de vacas, que supostamente estão contaminados com a febre aftosa?

Quero falar desse assunto. Não sou pecuarista, nem filho, nem neto de agricultor, não tenho chácara, sítio, fazenda, mas não podemos ficar calados, diante deste verdadeiro absurdo que se comete contra o agronegócio e contra animais irracionais. Deputado Anibelli, V. Exa. que é um pecuarista, um agricultor e um Parlamentar e tantos outros que aqui se encontram e têm ligações diretas com o campo e a terra, V. Exas. sabem perfeitamente daquela época, em que se queimaram toneladas de grãos de café, em Londrina e todo o Norte do Paraná, a fim de solucionar, à época, o que se chamou: “o problema de excesso de produção”.

Vejam que erro cometeu-se há sessenta anos, quanto tentaram sustentar o preço do café no mercado internacional. Foi um grande engano. Mais tarde, há 30, 31 anos, em 75, tivemos a geada negra que dizimou as plantações de café, acabando com o Ciclo do Ouro Verde, que enriqueceu cidades inteiras, que fez florescer a economia, criando vários municípios. Deputada Cida Borghetti, sua cidade, que é Maringá, com certeza é também exemplo disso. Até Curitiba cresceu dos 160 mil habitantes que tinha nos anos 50 e 60, que teve um crescimento muito grande impulsionado e alavancado também pelo Ciclo do Ouro Verde, o Ciclo do Café.

Agora, outro erro que se comete e que, com certeza os futuros brasileiros e paranaenses vão ver registrados nos Anais desta Casa, que deixei a minha posição consignada. Podem ter certeza, as razões que hoje são meramente especulatórias, mas que têm como raiz que há realmente a febre aftosa, vão ser colocadas de lado, porque as razões são mercantilistas e políticas. Mortes inúteis, injustificadas, estão sendo cometidas contra um gado gordo, viçoso, saudável, como diz o próprio professor e Diretor do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina, Wilmar Sachetini Marçal.

Será que não estão observando a lei da semiologia, que aprendi na Universidade Estadual de Londrina, a lei dos sinais, pelo menos os sintomas, que são condições básicas para o diagnóstico clínico e até não está aqui o Dr. Luiz Accorsi, Deputado estadual, para saber que isso é condição básica para detectar que existe a febre aftosa ou a doença em qualquer ser vivo. Como diz meu companheiro Fiori Luiz, ex-Deputado desta Casa: enquanto eu não vir um boi babando e rastejando, não vou acreditar

que no Estado do Paraná exista a febre aftosa, como existe ou existiu em outros Estados brasileiros.

Mas, essas cenas dantescas que estamos vendo, como aconteceu na Fazenda Pedra Preta em Maringá, como acontece na fazenda Cachoeira em São Sebastião da Amoreira ou em Bela Vista do Paraíso, são de arrepiar qualquer pessoa. Não podemos acreditar nisso!

Por exemplo, vejam o que disse aqui o professor e Diretor do Hospital Veterinário da UEL: “esse cruel massacre que vem ocorrendo nos faz refletir sobre algo que recrudescer nas intenções dos homens a cada ano de eleições no país. Perde-se a lógica e o bom senso, esquecem-se as raízes da ciência, desrespeita-se a natureza e suas leis, apregoa-se somente a falta de equidade nas ações para benefício político-partidário, gerando com isso impactos negativos e irreversíveis de nossa economia”. É apenas um trecho do artigo “A Iniquidade dos Homens”, que já fiz reproduzir nos Anais desta Casa, na condição de Deputado estadual.

Agora destroem-se animais em uma eventual epidemia de aftosa.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi, que também é um conhecedor dessa área.

Com prazer, Deputado!

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Barbosa Neto, quero cumprimentar V. Exa. por levantar, discutir e, sobretudo, colocar a sua opinião também com relação a essa situação.

A maioria dos produtores do Paraná conhecem a febre aftosa e é uma doença virulenta, agressiva, e nenhum animal que começa a babar pela febre aftosa, dali uma semana ou quinze dias está com seu estado de sanidade normal, como estão aqueles que estão sendo abatidos.

Há realmente uma dúvida com relação a essa situação. Mais do que uma dúvida, há um prejuízo imensurável no Paraná por causa dessa questão da febre aftosa e vemos que os animais estão sendo abatidos sem a possibilidade sequer de filmar os animais, porque tenho a obrigação de falar também como técnico, embora sendo engenheiro agrônomo e não sendo médico veterinário, mas dizer que não é possível o rebanho ser acometido pela febre aftosa e depois de um mês estar completamente são, nas suas perfeitas condições de sanidade, ser abatido por suspeita. A suspeita teria que ter sido confirmada, mas não houve a confirmação e os animais estão sendo abatidos.

Então, tem razão V. Exa. É preciso que isso seja esclarecido, porque estamos tendo um prejuízo grande na agropecuária paranaense por conta de uma tomada de posição que ninguém está conseguindo ver - nem os técnicos estão conseguindo admitir essa hipótese que aquele rebanho abatido está acometido de febre aftosa.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço a contribuição de V. Exa., Deputado Augustinho Zucchi, que é da terra e que conhece profundamente essa questão, como conhece o Senador Osmar Dias, que tem se posicionado também frontalmente contrário a essa matança indiscriminada do nosso gado. Aliás, são milhares que estão sendo abatidos, gado sadio que poderia alimentar, pelo menos, uma parte desses 46 milhões de famintos.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

São dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Não. Nós já havíamos dado cinco minutos e depois demos mais cinco.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, acho que há um engano, eu tenho direito a dez minutos, falei por cinco.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Demos cinco e mais cinco a V. Exa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Está certo. Então, infelizmente, não vou, até gostaria de conceder um aparte ao Deputado Nelson Garcia, mas quero encerrar por aqui, dizendo que estamos transcrevendo também aqui o artigo da jornalista Phoenix Finardi, que pede perdão a Deus, ela que viveu essa situação fazendo a cobertura desses fatos e como ficaram as pessoas que viram as imagens ou que chegaram perto desse gado sendo abatido, profundamente consternados, em uma situação realmente terrível.

Era o meu registro. Muito obrigado!

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Vereador de Mariluz, o companheiro Joel; também do ex-Vereador de Umuarama, o José Miranda, nosso amigo que está aqui presente; e também do Djalma, ex-Prefeito da cidade de Brasilândia, amigo nosso, Deputado Duílio.

Muito obrigado pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Esta Assembléia fica muito honrada com a presença desses companheiros. Já tínhamos, inclusive, o nome do Vereador Joel Magalhães, de Mariluz, para anunciá-lo.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, quero insistir, peço perdão a V. Exa. em consultar à Mesa da Casa, porque foram cinco minu-

tos, na verdade, que eu usei do tempo, e hoje são dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Não. Nós deixamos cinco minutos em aberto, que não estavam marcando, e depois demos mais cinco minutos para V. Exa. Mas, se V. Exa. desejar mais um minuto, não há problema nenhum, podemos conceder com a maior tranquilidade.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Liderança do PSDB; com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias estou para subir a esta tribuna para fazer um pedido de esclarecimento ao ilustre Deputado André Vargas, Presidente do PT.

Deputado André Vargas, nas últimas duas reuniões no Palácio Iguaçu, das mãos limpas, o Governador Requião, na presença de várias pessoas ilustres deste Estado, fez uma acusação que considero grave e que esta Casa merece aqui o esclarecimento. O Governador relatou em público em diversas ocasiões uma história escabrosa. Conta que foi procurado durante a campanha de 2004, a campanha para Prefeito de Curitiba, por um representante do PT que trazia uma proposta indecente ao Governador.

Veja o seguinte - palavras do Governador: o representante do Governador queria que ele autorizasse um aumento de preço para o contrato da Sanepar com a Pavibras. Seria o reajuste que poderia ser legal, mas que daria à campanha do PT cinco milhões de reais. Essas são as acusações, não do Deputado Rossoni, são acusações feitas pelo Governador Requião contra o PT. Inclusive, Deputado André, se procurarmos, e já tenho pessoas que confirmam, na primeira reunião ele citou nomes.

Quero acreditar que V. Exa., ao saber deste assunto, vai trazer os esclarecimentos a esta Casa, porque o Governador acrescenta ainda mais e se torna ainda mais grave a denúncia. Diz que, procurado pelo PT, colocou as pessoas que representavam o PT naquela oportunidade, para fora da sua sala, levando esta proposta indecorosa, de suplementação da verba da Pavibras de um contrato com a Sanepar. Aí o Governador, achando que tinha dado por encerrado este acontecimento, alguns meses depois, alertado por aliados - pasmem os senhores - o Aditivo da Pavibras foi concedido, no valor de quatorze milhões e o Governador tinha determinado que não saísse o Aditivo.

Meses depois, alertado, o Governador foi verificar, tinha dado a suplementação de quatorze milhões!

Eu, ao saber do fato, procurei as Atas da Sanepar e, pasmem os senhores, está documentado nas Atas do Aditivo à Pavibras. Segundo palavras do Governador, diz que vai atrás de quem pegou o dinheiro. O que nos causa estranheza é que o Governador cita textualmente o PT e por esta razão eu quero que o Deputado André Vargas entenda este Parlamentar, nesta cobrança que faço. Por que razão? Não podemos aceitar que o Governador venha, numa reunião onde está o Procurador do Estado, representantes da sociedade, numa reunião ampla no Palácio Iguaçu e faça uma acusação tão grave, numa reunião chamada “mãos limpas”. O Governador já teria que ter tomado as providências na Justiça, mas ele jura que está buscando aquele que pegou os cinco milhões. Agora, acredito eu que merecemos esclarecimentos.

Eu não tinha feito este pronunciamento na semana anterior. Por quê? Porque até coloquei em dúvida se o Governador tinha ou não, falado. Procurei informações de pessoas que estavam lá presentes e foi confirmado. Aí me causou mais espanto que nesta última reunião da segunda-feira, o Governador novamente reportou-se ao caso e as próprias pessoas que eu procurei para confirmar ou não as palavras do Governador, começaram a fazer cobrança deste Parlamentar, de o porquê eu não tinha pedido esclarecimentos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado André Vargas, estou encaminhando um Ofício ao Governador, pedindo a ele que cite o nome das pessoas que foram fazer propostas indecorosas a ele, e é natural. É a palavra do Governador contra um partido político e precisamos de esclarecimentos.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, já tomei conhecimento desta informação que o senhor traz hoje ao plenário, na semana passada. Até a mim, disseram-me que o senhor confessou para uma pessoa aqui da Assembléia de quem teria sido o informante que lhe passou essas informações. É o que circula por aí.

Acho que a denúncia é grave, concordo com o senhor de trazê-la aqui. Não tenho nenhuma crítica à sua postura. No entanto, peço ao senhor uma coisa, ao mesmo tempo que pode cobrar do Governador, porque o PT é atingido nessa denúncia. Vamos ser claros, a minha campanha é atingida porque está fazendo referência à campanha política da eleição para a Prefeitura.

Porque isso até agora é apenas uma calúnia, porque é uma calúnia difusa, sem assinatura. Não há registro nenhum de que isto que o senhor fala e que chegou aos meus ouvidos também, tenha acontecido. A reunião que V. Exa. se refere, participam perto de trinta pessoas, nas segundas-feiras, reunião de “mãos limpas”. Entre elas, eu fui atrás de todas. Dr. Abdo Kudri, o Procurador-Geral do

Ministério Público; o Procurador-Geral do Estado, o Juiz da Associação da Magistratura; o Delegado da Polícia Civil, o Chefe do Comando Militar, Coronel Xavier; o Secretário da Segurança Pública, o Secretário da Área de Imprensa, Sr. Benedito Pires e o Delegado Regional do Trabalho, Dr. Geraldo Serathiuk.

Enfim, são quinze ou dezessete pessoas que nas duas reuniões estavam. A todas as pessoas que perguntei, não têm absolutamente nenhuma conotação como essa que o senhor está falando, a conversa na reunião “mãos limpas”. Muito menos com o Governador que me desmentiu que jamais faria isso, porque esses fatos não são verdadeiros.

Jamais conversei com o Governador do Estado sobre qualquer assunto e não tem nenhum preposto do PT que tinha alguma autoridade para conversar com o Governador do Estado sobre qualquer assunto relativo às finanças de campanha.

A informação é profunda e escandalosamente descabida. Não existe isso, nunca existiu. Então, o que me parece é que quem me passou essa informação que estava presente na sala, de alguma maneira trabalhou os fatos, distorceu as informações.

Seria bom - e V. Exa. sabe quem foi - o senhor disse que consultou as pessoas que estavam presentes nas “mãos limpas”. Nas duas ocasiões, nas segundas-feiras. O senhor traga à Assembléia Legislativa a fonte que disse isso. Porque nós pedimos a presença do Governador do Estado. Não precisa ofício. Eu ajudo e peço que o Governador venha à Assembléia explicar uma denúncia dessa natureza. Não precisa mandar a resposta por escrito, evasiva. O senhor traga quem fez essa denúncia e quem lhe traz informações da reunião de “mãos limpas”, confirme a informação. No mesmo dia peço e o Governador virá à Assembléia esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

V. Exa. teria mais um minuto para terminar ou usar a Liderança da Oposição. Como V. Exa. desejar.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Faço uso do Horário da Liderança e concedo o aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Igualmente, Deputado Rossoni. Da primeira vez que V. Exa. falou comigo e disse que era algo muito grave, não tinha como confirmar com todas as pessoas, até porque o Deputado Vanhoni listou inúmeras pessoas, todos sabem que sou exatamente a pessoa que tem trânsito no Governo, mas além da falta de provas e evidências, tem um grau de inverdade nisso tudo.

Também fui fazer uma pesquisa em relação ao que acontece com uma grande empresa da minha cidade, que

é a Pavibras. Tenho um contrato do Paranasan. Pleiteei um reajuste que está no contrato. Esse reajuste tem sido uma polêmica dentro do conselho, numa disputa entre o Botto e o PHX, que todos sabem que a dupla até agora não conseguiu ganhar nada. Aliás, perdem todas as pelegas que entram. Talvez essa liminar do Itaú seja a salvação da pátria.

Lá o reajuste é de quatro milhões, que se referia esta notícia ou esta acusação, o reajuste seria de cinco milhões. Como é que poderia haver uma contribuição de campanha em cima de um reajuste de quase cinco milhões, se o próprio reajuste é inferior àquilo que se pediria?

Segunda questão: todos sabem o aspecto crítico que tenho com relação ao Governador. Eu também não acredito por acreditar no Governador Roberto Requião. Aliás, ele tem um grave defeito: ele é maledicente. Maledicente e alguns Deputados, aqui, já foram vítimas - não estou nem me incluindo como exemplo - certamente tem uma dezena de Deputados que já passaram por alguns constrangimentos ao lado do Governador. Comentários desairosos. Isto é perfeitamente possível no enredo da figura a que se refere.

Ainda assim, concordo com o Deputado Vanhoni, acho que o Governador deveria comparecer a esta Casa, desde que tivéssemos uma evidência a mais, além das notícias que circulam.

E também como Presidente do PT quero dizer: não há ninguém - pode haver petista, eventualmente -, mas ninguém autorizado pelo PT do Paraná e como disse o Vanhoni, pela campanha do Vanhoni, que pudesse tratar deste assunto. Volto a dizer: esta empresa está concordatária, vai quebrar. Vai quebrar porque está sendo perseguida dentro da Sanepar. E vítima de uma disputa. O contrato está suspenso aí no litoral. E a área de esgoto. O Deputado Nelson Justus sabe bem do que estou falando. Toda esta privação ou provação que o povo que frequentou o litoral do Paraná passou faz parte das vítimas desta disputa, de uma obra que poderia estar em curso.

Portanto, Deputado Rossoni, em paralelo a isto tudo, há algo grave. Às vezes o Governador está falando de algo que não aconteceu, algo inverossímil, para não tratar de algo que está acontecendo no Paranasan e que eu estou investigando e tornarei público logo, logo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado André e Deputado Vanhoni, quero dizer a V. Exas. que acredito que este debate é importante, porque também tenho informações. Na primeira semana, quando me chegou esta informação, eu também fiquei em dúvida. Mas, na última segunda-feira o Governador votou a afirmar.

Vamos trabalhar com a hipótese de que essas informações não são verídicas. Por esta razão, estou encaminhando este ofício ao Governador para ele confirmar ou não. Agora, que tem pessoas que estavam presentes e que

afirmaram que isso foi citado, não tenho nenhuma dúvida.

Concedo aparte ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que V. Exa. age bem quando pede informação ao Sr. Governador. Este Governo tem a prática - e todos nós sabemos - de não respeitar os contratos, não querer cumprir os contratos. V. Exa. até me trouxe e se tornou pública esta denúncia com relação à Sanepar, também fui buscar algumas informações. O reajuste anual está previsto, contratualmente. Então, se houve o pagamento, claro, deve ser investigado, é dever da Assembléia Legislativa. Mas, se a previsão é contratual, o Governo tem mais é que cumprir.

Parece-me que o o que o Governador vai ter que efetivamente averiguar e investigar é a disputa interna dentro do Conselho de Administração da Sanepar. Parece-me que um dos conselheiros que não se entende com o Presidente do Conselho de Administração, levou uma informação equivocada ao Governador e depois não consegue sustentar a denúncia, entre aspas, escandalosa, feita.

Então, acredito que vá ser muito bom, para que o Governador possa ver se quem está tentando desestabilizar o Presidente do Conselho de Administração falou a verdade ou se está mentindo. Se falou a verdade, tem que pôr, efetivamente, os responsáveis na cadeia. Mas, se quem denunciou está mentindo, deve ser sumariamente demitido e exonerado do Conselho de Administração da Sanepar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem mais cinco minutos ainda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas para concluir. Eu, na primeira semana não traria a questão aqui, fui fazer levantamentos. Mas houve, na segunda-feira, a palavra do Governador. Claro que lá tem pessoas que não querem entrar nessa briga, mas há pessoas de alto conceito que confirmam.

Por esta razão, cabe a esta Casa um esclarecimento do Governador, se ele vier a reafirmar isso, cabe a esta Casa a investigação.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Deputado Valdir Rossoni, esse debate é bom e o senhor ainda tem cinco minutos.

O senhor traz uma audiência. Essa denúncia, de alguma forma, tem relação à minha candidatura, ao Governador do Estado.

Quero debater melhor essa denúncia! As coisas não são assim tão simples!

Quero fazer o seguinte encaminhamento, já fiz um encaminhamento e V. Exa. não se manifestou sobre ele.

Primeiro, digo e afirmo: essa informação que o senhor leu aqui é absolutamente mentirosa. Descaramente mentirosa. Não tem o mínimo de fundamento.

O Governador do Estado jamais se referiu com esses termos a esse episódio. O senhor é Deputado e Líder do PSDB, tem o apoio do Deputado Durval Amaral, tem apoio dos outros Deputados desta Casa. O senhor tem o dever - e lhe peço, em consideração à minha pessoa, não é uma denúncia anônima que pode colocar em risco a vida das pessoas e a imagem pública que as pessoas têm. Eu jamais faria isso contra o senhor, acusando-o de uma informação não sei de onde, de que o senhor teria cometido algum ato impróprio na sua região e que ouvi falar. E por isso queria pedir ao Presidente desta Casa que acionasse alguém para se manifestar se o Deputado Rossoni é isso ou aquilo. Não é assim que devemos proceder!

Vem aqui uma informação que o Senador Osmar Dias, em Brasília, fez algum comentário maledicente de algum Deputado amigo seu. Tenho essa informação, sou opositor do Osmar Dias, mas não tenho nenhuma assinatura. E digo: - olha, ouvi que alguém estava presente e o Osmar Dias falou isso de você. Por isso, quero que o Presidente Hermas Brandão acione o Senador publicamente, oficialmente em nome da Assembléia Legislativa para que se manifeste.

Peço para que o Governador venha aqui pessoalmente, mas rogo que esse seu pedido de informação só seja aceito se o senhor trouxer aqui a denúncia de quem o senhor diz, tranquilamente, de que tem pessoas que estão fazendo essas denúncias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Ângelo Vanhoni, V. Exa. ouviu muito bem o procedimento que vou tomar. Não será V. Exa. que vai ditar a minha forma de agir. Não citei o nome de V. Exa. citei o nome de seu Partido.

Quero dizer a V. Exa., claro que é uma questão que tem que ser investigada.

Estou encaminhando um ofício ao Sr. Governador para que diga sim ou não, das suas acusações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

O Deputado Valdir Rossoni estava falado no horário do PSDB, depois, ele aproveitou o horário da Oposição. Os outros partidos, por exemplo, o PFL ainda não foi chamado. Se a Liderança do Governo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Desculpa. Olha, pelo que consta aqui (quem estava presidindo a Sessão era o Deputado Marcos Isfer) é que o PPS declinou, que o PT declinou e o Deputado Durval Amaral, realmente, está inscrito.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, é que na oportunidade o Deputado Durval estava dando entrevista. Foi esse o motivo.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

O PT também não foi chamado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será chamado posteriormente.

Com a palavra o Sr. Deputado Durval Amaral.

Liderança do PFL: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, nesta tarde, já que ontem não foi possível, graças a um entendimento feito de que os inscritos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas não se manifestariam, aproveito, agora, já em tom de agradecimento, para elevar a cada uma das Sras. e dos Srs. Deputados, a maneira cordial que me receberam, ao nosso Presidente da Assembléia Legislativa, à Mesa Executiva, aos Deputados, Líderes de Partido, porque fui muito bem recebido pelos senhores, pelas senhoras, nesse mister que é de cada um de nós, de pedir o voto, pedir o apoio.

Efetivamente, não foi outra a minha intenção a não ser a de divulgar uma tese que tem que prevalecer na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: Todos nós sabemos que o Tribunal de Contas é composto por sete Conselheiros. O Governador tem a prerrogativa de indicar e nomear três Conselheiros. A Constituição Federal é muito clara e coloca essa prerrogativa de sete indicações por parte da Assembléia Legislativa.

Eu confesso às Sras. e aos Srs. Deputados que sou um apaixonado pelo Poder Legislativo; sou um apaixonado pelas prerrogativas que têm os Srs. Parlamentares. Fico entusiasmado quando leio na Constituição e em nosso Regimento Interno o quanto podemos com o nosso mandato; fico impressionado, positivamente, quando vejo da imunidade criminal que temos nós ao denunciarmos, ao cobrarmos; fico emocionado quando vejo que da tribuna podemos exagerar nas palavras e não seremos responsabilizados civilmente por essas palavras; fico emocionado quando vejo que cabe a nós, Parlamentares, elaborarmos o orçamento do Estado do Paraná; fico feliz quando vejo a dedicação do Deputado Neivo Beraldin, que faz com a que Comissão de Fiscalização exerça a sua função na Assembléia Legislativa, inquirindo os Srs. Secretários de Estado. E por toda essa paixão, fico imaginando, Deputado Hermas Brandão, que nós não podemos ser um poder coajuvante; não podemos ser um poder auxiliar no Executivo,

Eu já fui Governo, sou Oposição, mas existem questões que nós, do Legislativo, não podemos nos curvar. Nada pessoal, foi a minha tentativa contra o Vice-Governador Orlando Pessuti que, aliás, se pudesse falar,

ontem, faria uma homenagem à sua família e à sua carreira política, ao invés de defender a minha própria carreira política. Mas, meu Deus do Céu! Como é que vamos fortalecer o Parlamento se nós não preenchemos os nossos requisitos, Deputado Marcos Isfer. Se não nos considerarmos qualificados para sequer indicar um Conselheiro para o Tribunal de Contas. Temos que buscar isso no Poder Executivo. Seja o Jaime o Governador, seja o Requião, seja o Álvaro Dias, seja quem for, a Assembléia tem que passar e tem que começar a se impor como Poder. E não vai aqui nenhuma crítica a nenhum Parlamentar pessoalmente, não. Porque sei que estava muito mais do que a indicação, em jogo a sucessão estadual. Não disse isso antes por até estratégia política.

Mas, a tese tem que prevalecer. A tese de que a Assembléia não pode se curvar. De que a Assembléia não pode ser um Poder auxiliar.

Espero, nobre Presidente, que nas próximas indicações da Assembléia Legislativa, que ocorram nesse mandato ou em outro, tenhamos Deputado Bradock, a condição mínima de nos candidatar-mos sem sofrermos uma retaliação rasteira como a que sofre V. Exa.

Acompanhei as pressões que V. Exa. sofreu. Lamentável para um Governo que se diz democrático. Contra mim não, porque sou um Deputado de Oposição não tenho nada a perder. mas, posso dizer, se fosse em outros tempos, hoje aqui, Deputado Rossoni, seria tribuna só de denúncia. Porque quando saí daqui por volta das 8h da noite de ontem, o que tinha de ambulância parada no pátio da Assembléia. Eu falei, é um descaramento muito grande. É uma coisa assim. Não que, Deputado Tadeu, eu acredite. Não estou aqui acusando que nenhum Deputado trocou o seu voto por ambulância. Em hipótese alguma. Mas, é uma coincidência, que sinceramente pensei que eu estava enfartado e estava chegando ou saindo de um hospital.

Então, meu Deus, Deputado Anibelli, ontem fui eu, amanhã pode ser qualquer um dos senhores que pleiteiem uma indicação para o Tribunal de Contas.

Temos que nos valer, temos que saber nos impor. Quando a Assembléia elabora um orçamento e faz com que o Governo submeta a ela suplementação orçamentária, está exercendo a sua função e a sua obrigação.

Nobre Presidente, quero aqui de público agradecer a V. Exa., à Mesa Executiva, porque sei que a Assembléia e os Srs. Deputados, a Mesa Executiva não pressionou ninguém. Pude exercer o meu direito de conquistar os votos na mais absoluta tranquilidade. Sei, com certeza, não houve aliciamento do voto, acho que isso engrandece pelo menos internamente o Poder Legislativo.

O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

V. Exa. é um Deputado inteligente, elegante, teve uma votação maravilhosa ontem. Teve uma conduta, uma postura que todos nós aplaudimos e eu inclusive levantei

e V. Exa. estava sentado na última cadeira e fui cumprimentá-lo pela sua maneira ética, pela votação que teve.

Mas não quero que V. Exa. diga que as ambulâncias poderiam... Isso mancha o seu discurso.

V. Exa. veja o seguinte: foi indicado o cunhado do Governador Roberto Requião, do Governador Jaime Lerner, a Assembléia votou. A disputa entre o Deputado Bazílio Zanusso do PFL e do Deputado Rais, foi 27 a 26. Veja que eleição difícil aquela.

Se V. Exa. somar os votos dos opositores, o Pessuti teve 28 a 26 votos. Foi uma eleição limpa, como tem sido o nosso Governo. Houve traições sim, na votação para o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti. Gente que tira fotografia com a ambulância, com o Governador, que vai sair na fotografia ao lado do Governador, que entra no Governo e depois vem trair. Aí, não vamos entrar no mérito. Quero como testemunha, em nome da Bancada do PMDB, dizer que se V. Exa. tivesse sido eleito representaria esta Casa, com toda a autenticidade pela sua conduta. É um Deputado competente, um grande líder, nosso amigo, tem experiência pública, espírito público, que é o principal. Sou seu adversário em alguns municípios, mas estivemos em palanques juntos, defendendo a mesma causa, às vezes até contra o meu Partido, ao seu lado, defendendo Prefeitos, como foi no município de São Jorge do Ivaí.

Parabéns pela sua elegância. Só faço uma observação pela nossa conduta e pela sua que foi espetacular.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Deputado Anibelli, às vezes em um pronunciamento, talvez, o senhor possa ter captado só uma parte. Fiz questão de ressaltar que em hipótese nenhuma, acredito que nenhum Parlamentar tenha trocado o voto, em hipótese alguma. Isso não influenciou.

Tanto isso é verdade que eu sabia exatamente quantos votos iria fazer.

O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)

Nem eu imagino. V. Exa. disse ao Governador Roberto Requião quantos votos faria. V. Exa. me contou.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Disse antes. Exatamente.

Quero, de coração, agradecer a postura de cada um dos Parlamentares, da Mesa Executiva, porque efetivamente o Deputado Hermas Brandão se conduziu da única maneira que eu poderia ter esperado que ele se conduzis-se, com tranquilidade, sem interferência. Ganhou o Deputado Orlando Pessuti, graças à articulação do Governo e do Líder do Governo, aqui, na Casa. Não houve pressões externas. Perdemos porque isso faz parte do jogo democrático. Talvez, perdemos mais pela nossa própria incompetência de não sensibilizar outros Partidos

políticos e mais pelo mérito que teve o Governo, de conseguir essa vitória.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário do PT.

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, especialmente, Deputado Valdir Rossoni.

Reputo da maior gravidade, se houve a ilação dessa ordem por parte do Governador. Repeti aqui que a experiência está me dizendo, que nem sempre o Governador pensa e mede as palavras. Mas, carecemos de um nome, um indício, uma evidência. Porque vejam do que estamos tratando. O Deputado Rossoni veio aqui e tratou de uma eventual ilegalidade que teria sido dito em uma fala do Governador - que carece de comprovação. O Deputado Durval, na sua fala deixa claro. Às vezes, ficamos pensando: tem a credibilidade, a história, a biografia de um Partido político, de candidatos a prefeito, de deputados, mas também tem das empresas. Estamos dizendo, corroborando que houve, uma ilegalidade e uma irregularidade, onde não houve. Deputado Nelson Justus, onde não houve. Talvez, a primeira eventual investigação é solicitar para esta Casa, exatamente, como foi o contrato com a Pavibras e desde quando vem e se esse reajuste é devido ou não. Tudo mais precisa de gente declarando: "Eu ouvi isso. Eu vi acontecer isso." - seja o Governador ou um cidadão comum.

Sou Presidente de um Partido. Estamos no "olho do furacão" de uma grande crise. V. Exa. é Presidente do PSDB, mas nada nos eximirá da responsabilidade de, ao afirmar algo, ainda que tenhamos a imunidade parlamentar de dizer o que queremos aqui, mas não há imunidade para a honra e a credibilidade das pessoas. Uma pauta que se faz, às vezes, da imprensa e que nem sempre, porque nessa história falta pelo menos um indício de verdade, fora o destempero do Governador, que isso é histórico e todo mundo sabe.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado André Vargas, permite-me um aparte?
(Assentimento)

Deputado André, sei que neste momento V. Exas. não aceitam meu posicionamento, mas quero crer que V. Exas. devem ter a mesma preocupação que tenho, porque essas colocações, se eu fosse pautado apenas pela imprensa, está na imprensa de terça-feira, estão na imprensa as palavras do Governador e posso pegar os recortes de jornais que saíram na imprensa e trazer aqui e a imprensa deve ter as mesmas informações que eu tive.

Então, gostaria que V. Exa., o Deputado Vanhoni, entendessem o meu posicionamento. Não estou fazendo

isso aqui com prazer, mas estou fazendo isso aqui pelo bem da verdade. Ou o Governador se retrata com o PT ou vamos acreditar que ele realmente falou. Se ele disser que não falou, vamos ver por que a imprensa escreveu - se eu fosse pautado pela imprensa, mas tenho mais informações.

Espero receber de V. Exa. o bom entendimento, porque certamente estou contribuindo com seu Partido. Claro que seu Partido não precisa das minhas contribuições!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Mas, Deputado Rossoni, companheiros e companheiras, vejam bem.

Existe uma dúvida se ele disse ou se ele não disse. Tem aqui, e acho que esse é mais relevante, porque se a imprensa tem as informações que andam permeando notas políticas - que nem sempre as pessoas assumem responsabilidades por elas também - não há, e se tivesse ocorrido algo daquela ordem, seria matéria de primeira página em todos os jornais. Veja do que estamos sendo vítimas: de uma nota que reconheço que V. Exa. recebeu as informações, eu recebi das mãos de V. Exa. tentei confirmar e não consegui, mas se o Governador disse, na hipótese de ter dito, o fato não ocorreu. O fato não ocorreu e estamos colocando o nome de uma empresa também, além do nome dos Deputados, uma empresa que já está concordatária, uma empresa que, no meu entendimento, está sendo perseguida por, eventualmente, ter financiado outras campanhas que não a do PT. Se alguém do PT poderia eventualmente ter conversado com o Governador por esse tipo, seria eu e todo mundo sabe que não converso com o Governador desse ou de qualquer outro assunto. Empresa da minha cidade. O reajuste que se pede e está no processo é de quatro milhões e oitocentos, e como é que alguém iria se comprometer em dar cinco milhões em uma campanha para receber quatro e oitocentos? Se é uma coisa que não acontece, é empresário caridoso!

Então veja, dada a incontinência verbal do Governador que, por vezes, raramente extrapola, mas vejam, estamos tratando de um assunto que não tem nenhum indício que o Governador teria dito isso e, pior, o fato que eventualmente ele, se tivesse dito, se retrataria, não ocorreu e está lá pendente ainda no Conselho, em uma briga do Sérgio Botto com o Pedro Henrique Xavier. Talvez esses, sim, tinham que vir aqui explicar essa polêmica. Talvez seja isso!

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado André?

(Assentimento)

Só queria colaborar com esse debate, Deputado André. Acompanhava atentamente o pronunciamento do Deputado Rossoni e achei que V. Exa. colocou com muita gravidade o conteúdo dessa denúncia. Se a imprensa, que divulgou esse fato, tivesse realmente credi-

bilidade, seria a primeira página não só nos jornais do Paraná, mas dos jornais do Brasil! Então, o Deputado Rossoni traz uma denúncia que, no meu ponto de vista, é grave mas que não tem aquela eficácia de ser uma denúncia, tanto que é que o jornal não publicou. E o Deputado Rossoni poderia, por precaução, pela experiência que tem, pela Liderança do Governo que já foi nesta Casa, poderia fazer o pedido de informação. Mas, antes de fazer o pronunciamento, fazer o pedido de informação, que é um direito que cabe ao Parlamentar nesta Casa, buscar as informações oficialmente para depois fazer o pronunciamento.

Mas veja, Sr. Presidente, como as coisas vão, o Deputado Rossoni fez um pronunciamento e que até aqui não se tem documentos, apenas a palavra do Deputado e um possível recorte da imprensa, uma fonte em segundo plano. Agora, o Deputado André Vargas estica essa denúncia e diz que essa mesma empresa teria dado dinheiro para outra campanha. Veja como as coisas aumentam, na seqüência. Então, é importante não se fazer denúncia, daqui a pouco vamos ter votações em relação, na próxima Sessão, ao Ministério Público e eu vou falar desse mesmo tema, nós vamos voltar nisso daqui a pouco. Eu chamaria a pessoa dos senhores, a denúncia sem procedência acaba com a vida das pessoas.

Muito obrigado, Deputado André.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Eu só queria fazer uma consideração: as empresas têm legitimidade para fazer doação de campanha. E essa empresa, se fez alguma doação, fez no passado. Agora, digo o seguinte: isso tudo é legítimo, porque senão nós vamos começar a discutir e aqueles mesmos que não aprovam financiamento público de campanha, não podem também doar, isso é legítimo e perfeitamente razoável. Agora, dentro da legalidade. Agora, o que acho correto é usarmos de ponderações neste caso. Veja, qualquer jornalista, para fazer uma matéria tem que ter, a não ser a Veja que de vez em quando faz umas matérias malucas, não tem nenhum indício, nada, já aconteceu isso. Mas, os jornais e revistas sérias e aqui no Paraná quase a totalidade desses jornais, eles pegam uma ponta, e não teve nenhuma ponta até o momento.

Então, veja, para concluir, jamais, e eu já ouvi muita coisa, jamais este Deputado vai vir e atacar quem quer que seja. Esses dias fomos vítimas, criou-se uma balbúrdia sobre o contrato de publicidade da Itaipu. Depois chegou na hora e não tinha nada. Veja, virou notícia! Como é que fazemos com as notícias depois?

Como é que fazemos com a primeira página de alguns jornais? Quem vai resgatar a honra das pessoas que foram atacadas? Como é que vai ser?

Acho que é isso que nós precisamos pensar bem... ponderação. Hoje quem está na Oposição, amanhã pode estar na Situação. Oposição, Situação, não nos eximem de muita ponderação e equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do Governo: Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Valdir Rossoni, a imprensa não noticiou essa matéria, primeiro, porque não há nenhuma informação do Governador do Estado, não há nenhuma informação de nenhuma pessoa que participou dessa reunião, ninguém assina, não há uma pessoa. Foi feita uma denúncia agora, e olha, V. Exa. por isso que eu disse, V. Exa. tem responsabilidade. O Bertholdo, que é um advogado que está preso, fez um comentário em um telefone que estava sendo gravado a respeito do Superintendente de Itaipu. A Polícia Federal pediu para confirmar aquilo que estava na fita de gravação e ele já tinha, na própria Polícia Federal, dito que não era verdade e que a fita tinha sido montada. Agora, V. Exa. está querendo, no meu entendimento, está deixando de ser o Valdir Rossoni que eu conheço, querendo aproveitar o momento, está querendo aproveitar por qualquer subterfúgio, levar o PT, levar o PMDB, fazer qualquer coisa dentro dessa atmosfera que existe hoje no nosso país. Está perdendo, o Valdir Rossoni que eu conheci durante oito anos. Olhe que o que teve de acusações levianas ou não contra o período do seu Governo em primeira página dos jornais, e nós nunca, mesmo nos piores momentos, fizemos qualquer acusação ou qualquer suspeita indevida a qualquer membro do Governo ou da Assembléia Legislativa. Por quê? Porque tem que ter um mínimo de fundamento.

Então, fiquei impressionado com o senhor, porque se o senhor diz: “Eu tenho fontes, eu tenho certeza...”. O senhor está com a certeza. Se o senhor está com a certeza, veja bem, não se brinca com isso! É algo sério desviar dinheiro do Estado. O Governador está desconfiando dos seus próprios assessores. Se isso aí é verdade, o que se tem que fazer é V. Exa. dar concretude à denúncia, trazer a pessoa que tem a denúncia para fazer. Porque alguém que está fazendo isso, está fazendo uma denúncia para o senhor e está pedindo para que o senhor fale na tribuna. Então, que o senhor fundamente a denúncia e aí vai ter todo o nosso apoio para fazer uma investigação, seja ela qual for. Como eu já disse, traremos até o Governador. Assino junto com o senhor um requerimento dessa natureza. Agora, sem pé nem cabeça? Uma calúnia, anônima, porque não tem nenhuma fonte em nenhum jornal. O jornalista não dá a fonte, não diz. Escutem, há quinhentas revistas aqui no Paraná e o senhor sabe como é que funciona. Há quinhentos jornais. Eu coloco uma nota lá, maledicente a seu respeito. Ah! Mas alguém me passou essa nota.

Não é assim. Isso é uma coisa grave. Não é uma coisa assim: “ouvi dizer”. O senhor acha correto eu ouvi dizer que o Deputado Bühler fez alguma coisa de errado,

e daí eu coloco lá no jornal: “O Bühler fez...” ou “Estão dizendo isso do Bühler...”. O senhor acha correto isso? Não é correto. Daí eu chego aqui na tribuna e venho cobrar isso do Bühler sem nenhuma fonte, sem nada?

Quero partir do pressuposto que o senhor tem a fonte, a fonte da informação, não é fonte jornalística. É fonte da denúncia.

Então, o que é bom para a gente dirimir isso, traga a fonte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte?
(Assentimento)

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Porque o senhor falou o nome de uma pessoa, para duas pessoas aqui da Assembléia. Eu gostaria que o senhor falasse o nome.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. não pode me impor as condições

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Aí eu concordo com o seguinte: que essa pessoa tem que vir aqui e tem que confirmar e aí, o Governador vai dizer se é verdade ou não e as outras quarenta que estavam lá, vão dizer.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

E anunciei o procedimento que eu teria quanto a essa questão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não está correto.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. pode pensar o que quiser. Eu, como Parlamentar, tenho todo o direito de agir como bem entender.

Quando V. Exa. afirma que não saiu nos jornais, não é verdadeiro. Saiu nos jornais.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

O Requião leu essa entrevista?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu estou dizendo que esta notícia....

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Ninguém deu nenhuma entrevista disso!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Vanhoni, encerro o meu aparte rapidamente. Tem, nos jornais essa questão. Amanhã eu lhe trago os jornais.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não é isso! Não mude o assunto!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu me apego aos jornais.

V. Exa. não está deixando eu concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Pode falar, só não vou concordar.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu me apego aos jornais, porque o jornalista que deu essa informação, ele pode guardar a fonte, mas em juízo ele poderá confirmar quem lhe deu a informação. O jornalista vai confirmar em juízo e nós vamos salvar a sua pessoa e o PT. E não vejo essa preocupação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Mas até lá...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Como até lá? V. Exa. quer que eu seja um Parlamentar bitolado e que eu não possa fiscalizar? É o que eu estou fazendo! Eu quero o pronunciamento do Governador. Se confirmado, quero saber o porquê. Se não confirmado, que o jornalista esclareça, porque ele trouxe a informação. Eu estou coberto de razão. Estou em busca de informações. Eu sou Parlamentar. Eu preciso investigar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Vanhoni, vai continuar com a palavra?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Vou conceder a palavra ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Ninguém confirma se disse, aquilo que ele disse não aconteceu, a empresa está quebrada, o esgoto está lá no litoral, todo mundo sabe o que aconteceu, a polêmica que tem. Então, não sei como vamos fazer com esse negócio.

É um impasse. Temos que equacionar isso, dar um parâmetro mínimo para as coisas. O fato é o seguinte: alguém acredita que uma empresa daria cinco milhões de reais, uma empresa quebrada concordatória? O Deputado Neivo Beraldin tem todos os contratos aqui da Pavibras. A Comissão de Fiscalização tem. Eu, como Presidente da Comissão de Obras, vou encaminhar um pedido, porque acredito que o Governo não tem nada a se opor a isso. Esse reajuste que eles estão discutindo, a obra está lá paralisada, os trabalhadores não estão trabalhando, estão desempregados, suspensos os contratos, Deputado José Maria. V. Exa. sabe.

Portanto, estou ponderando que mesmo o requerimento, acho que é razoável pedir. Veja bem, o Deputado Rossoni tem a prerrogativa como de qualquer Deputado, fiscalizar. Mas, o que temos que fiscalizar? A campanha? O que o Governador disse? Tem Deputado que disse aqui

que se ficar o dia inteiro com o Governador, vai dizer muito mais coisas. Se trazer o que ele vai falando aqui, vai dar uma confusão lascada ou em outro lugar, sei lá. Eu não convivo com ele.

Mas, qual é a nossa competência? Fiscalizar! Não a eleição, não a contribuição eleitoral, não o que o Governador eventualmente diz. Temos que fiscalizar o contrato da Pavibras. Se tem legalidade, se tem o que eu disse que na minha opinião é o mais grave, eventualmente tem confronto de posições que estão prejudicando uma obra para a população. Esse é o foco da ação parlamentar, no meu entendimento.

O Sr. Plauto Miró (PFL) (Aparte)

Estou na Casa desde 1990. Na história dela, junto com vários Deputados que entraram junto conosco e outros antes, acompanhei durante todo o tempo que o seu Partido, o Partido dos Trabalhadores, era oposição aos governos anteriores.

Inclusive em 90, no primeiro mandato do Requião, o PT era Oposição ferrenha. Lembro-me do Dr. Rosinha aqui, um grande Parlamentar. E sempre vi, sempre que um meio de comunicação, um jornal trazia alguma denúncia do Governo, o senhor, por várias vezes ia para aquela tribuna ler as denúncias e pedir investigações da Assembléia. Agora estou vendo a indignação. O Deputado Rossoni traz a esta Casa uma matéria que saiu na Folha de Londrina, numa coluna, traz à tona para discussão e vejo a indignação. Dois pesos e duas medidas. Quando sou Oposição, pau; pedra, quando sou Governo, não pode falar.

Então, o comportamento do passado era um, o comportamento que eu estou vendo aqui hoje é outro. Mas aquilo que o senhor e outros Parlamentares fizeram naquela tribuna, lendo. Em 90 era aqui e depois era lá. Leram matérias que foram feitas na imprensa aonde apontava irregularidades. O senhor leu de lá várias vezes. O Dr. Rosinha lia periodicamente. Está no ar, tem que discutir, investigar. Agora vamos saber exatamente o que está acontecendo, mas não da forma como está sendo colocada, com essa indignação. Será que não tem problema?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Só para concluir. Veja, em hipótese alguma tenho qualquer indignação sobre qualquer nota na imprensa. Não foi esse o eixo da minha fala.

O Deputado Rossoni, na semana retrasada, passou esse documento que leu hoje aqui na tribuna - e me diga se não é verdade, Deputado Rossoni - passou este documento para o André Vargas. O André Vargas me mostrou o documento. Eu disse: "olha, isto não tem nenhuma procedência, porque isto não aconteceu, que eu saiba isto não aconteceu".

Informe-me naquela mesma tarde, naquela mesma noite e confirmei que nada daquilo tinha acontecido. Houve uma versão de uma discussão que aconteceu no

Palácio Iguaçu. E por uma coisa transversal, dizia respeito não ao meu nome, mas à minha candidatura. Mas, como não aconteceu, estou tranqüilo.

O Deputado Rossoni, hoje, vem e lê o documento, aqui na tribuna. O mesmo documento que entregou ao Deputado André Vargas e entregou para o Deputado Zucchini, que chegou aqui quando eu estava sentado e me perguntou se era verdade aquilo que estava num documento, circulando, que o Rossoni tinha. Quando eu cheguei na imprensa, o André Vargas me passou o documento, me mostrou, e disse que o Deputado Rossoni entregou para ele.

Ora! Eu fui me informar. Minha reação ao Deputado André, disse: "olha, é estapafúrdio, isso nunca poderia ter existido, porque nunca aconteceu". Agora, se tem qualquer notícia no jornal - e eu até acredito que o jornalista de qualquer veículo destes, hoje, porque há sites, há colunas em jornais - possam ter feito qualquer referência a esta notícia. Se os senhores querem fazer qualquer investigação, querem perguntar ao Governador Roberto Requião, querem intimá-lo, querem convocá-lo, tem minha assinatura junto.

Estou indignado com a postura do Deputado Valdir Rossoni, porque isto nunca aconteceu e ele não tem nenhum fato concreto. O que estou dizendo é o seguinte: se alguém faz alguma calúnia ao Plauto Miró, para mim, ou mesmo uma nota qualquer, não é por causa disto que vou chegar aqui e fazer disto um embate político. Entendo que estão acontecendo contra o PT uma série de acusações e muitas delas não são verdadeiras. Outras têm procedência, merecem investigação. Mas, cá entre nós, outras delas não são verdadeiras. E estamos nos aproximando da época das eleições.

O que eu quis dizer é o seguinte: Valdir Rossoni, eu o conheço, não deveria ter feito isto, pela sua história. Agora, na sua parte, fazendo discurso em querer investigar uma nota da imprensa, tem a minha assinatura. Pode investigar. Não será o Deputado Vanhoni que fará qualquer objeção a qualquer investigação que a imprensa deseja fazer aqui na Casa. Se o Deputado Rossoni quer fazer a investigação, tem minha assinatura. Eu apóio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Deputado Vanhoni, gostaria de dizer a ele que não se preocupasse com minha história. Eu também tenho grande respeito pelo Deputado Vanhoni, mas estou aqui no meu papel de fiscalizador. E o fiscalizador nunca faz papel agradável. Não quero que o Deputado Vanhoni se preocupe com minha história, porque certamente se dependesse do Deputado Vanhoni, minha história seria outra.

Gostaria, Sr. Presidente, de levantar a seguinte Questão de Ordem: tem nesta Casa uma suplementação oriunda do Poder Executivo e que não vem no bojo da suplementação de onde saem os recursos para suplementar a verba.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Está na Ordem do Dia?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, não está. Mas como devemos votar isto na semana que vem, gostaria que V. Exa., que está neste momento exercendo a Presidência, pedisse ao Governo que encaminhasse a esta Casa, de onde estão saindo esses recursos, porque não há esta informação no bojo do projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Vamos solicitar, através da assessoria, para que seja solicitado ao Governo a Questão de Ordem do Deputado Valdir Rossoni.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 004/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, à Secretaria da Receita Federal e à Superintendência Regional da Receita Federal, sugerindo a alteração do artigo 603 do Decreto 4.543 (Regulamento Aduaneiro) e Decreto Lei nº 037. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral e Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 398, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de março (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/04, autorizando o Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 301/04

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 301/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/04, autoriza o Poder Executivo a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos.

O projeto recebeu emenda de Plenário que visa a dissolução, liquidação e extinção a que se refere o artigo antecedente seja feita mediante auditoria do Tribunal de Contas e por uma auditoria independente.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza legal, vez que a determinação da existência de uma auditoria independente gera despesas para o Estado não previstas no Orçamento.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 15:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A emenda não apresenta qualquer avaliação dos custos de contratação da auditoria independente ou da necessária previsão orçamentária.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 15.12.04.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Nelson Tureck, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Nelson Justus, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Durval Amaral, Marcos Isfer, Chico Noroeste e Delegado Bradock.

Estamos votando o projeto, ressalvadas as emendas.

Para encaminhar, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê o Projeto de Lei nº 301/04)

A empresa Paraná Investimentos foi constituída aqui nesta Casa em 1996. Após ser discutido no passado, acabou saindo da pauta, porque fiz uma emenda pedindo que o Tribunal de Contas fizesse anexar uma auditoria para saber o que essa empresa movimentou, para quem deu dinheiro. Um histórico simples, normal, lógico. Até porque quando criamos essa empresa, criamos com recursos públicos. Para defender o dinheiro público é preciso que venha um histórico da movimentação financeira da empresa.

Só que na minha emenda coloquei que deveria o Tribunal de Contas proceder a uma auditoria, ou a uma auditoria independente. Aí a comissão entendeu que a auditoria independente geraria despesas. Que não estaria previsto no orçamento do Estado.

Qual a minha sugestão? Que se aprove esse projeto com a emenda que diz o seguinte:

(Lê emenda)

Estaríamos aprovando aqui algo no escuro, algo que não participamos na administração da empresa e, evidentemente, estaríamos encerrando com uma pá de cal e mais alguns quilos de ferro e cimento em cima de uma empresa pública que movimentou e administrou dinheiro público.

Era esse o meu encaminhamento e, certamente, gostaria de poder contar com a compreensão dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação a emenda da CCJ com parecer favorável.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovada.

Emenda de Plenário com parecer contrário da CCJ. É essa que questiona o Deputado Neivo Beraldin.

Vou proceder à votação ao inverso, como diz o Regimento.

Deputados favoráveis à emenda queiram levantar-se.

Deputado Carlos Simões, solicito que faça a contagem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O que estamos votando?

Há um mal-entendido aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito Canto, o Deputado Neivo Beraldin encaminha a emenda da tribuna, nós colocamos a emenda em votação e é só, obviamente, votar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

21 votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputados que são contrários à aprovação da emenda queiram levantar-se, por favor.

Está aprovada a emenda.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/04, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a Empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 302/04

P A R E C E R :

Histórico

O presente de Lei nº 302/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/04, autoriza o Poder Executivo dissolver, liquidar e extinguir a Empresa Paraná Desenvolvimento.

O projeto recebeu emenda de Plenário que visa que a dissolução, liquidação e extinção a que se refere o

artigo antecedente seja feita mediante auditoria do Tribunal de Contas e por uma auditoria independente.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza legal, vez que a determinação da existência de uma auditoria independente gera despesas para o Estado não prevista no Orçamento.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 15:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas aos patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes:

II - declaração de ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A emenda não apresenta qualquer avaliação dos custos de contratação da auditoria independente ou da necessária previsão orçamentária.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 15.12.04

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Nelson Tureck, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Antonio Anibelli, Durval Amaral, José Maria Ferreira, Chico Noroeste e Ailton Araújo.

Em votação o projeto ressalvadas as emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda da CCJ. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda com parecer contrário da CCJ, Deputados favoráveis queiram levantar-se. **Rejeitada a Emenda.**

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, instituindo o Programa Estadual de Fomento e incentivo ao esporte amador, olímpico e pára-olímpico. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/05, de 02/05/05, em Projeto de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 674/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, alterando a Lei nº 10.233 de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da taxa ambiental, no cadastramento do sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal, legal e áreas de preservação permanente - SISLEG - IAP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/05, de 31/10/05, em Projetos de Lei)**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Agostinho José Sartori. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2006. (Resolução nº 003/04). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2006, conforme Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.03.2006.

(aa) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Barbosa Neto, Ângelo Vanhoni, Ademair Traiano e Plauto Miró Guimarães.

Discussão Única (Indicação)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 002/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, sugerindo a inclusão dos benefícios do SAS - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, os funcionários públicos ocupantes de cargos em comissão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2006, de 08/03/06).**

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 003/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, sugerindo a denominação da Sala da Diretoria do Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis, do Município de Santa Mariana, de Sala Professora Silvana Souza Uzae de Souza. **Aprovado. (Publ. no DA nº 11/06, de 08/03/06).**

O SR. NEIVO BERALDIN (PT) (**Pela Ordem**)

Eu entendi que o meu encaminhamento foi para o projeto 301 e 302, caberia então a emenda que seria a mesma coisa que o Tribunal de Contas fizesse uma auditoria na Paraná Desenvolvimento e Paraná Investimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, a votação da emenda do 302 foi reprovada porque ninguém levantou, Aliás, apenas a Deputada Elza.

O SR. NEIVO BERALDIN (PT)

Mas, tem o mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas, é outro projeto. E ninguém votou.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 379, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 381 e 382, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 383, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 387, 388, 389 e 397, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 390 a 393, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 394, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 395 e 396, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 402 e 403, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 404 a 407, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 408, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 409, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, com apoio dos Srs. Deputados Natálio Stica, Hermes Fonseca, Ailton Araújo, e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 410 e 411, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 045, 046 e 058/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA EM SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO DE 2006.

“Pedágio no Paraná: mais custo do que benefício”

Fernando Rocha Faro
Fábio Galão

Poderia ser um valor suportável. Afinal, o pedágio é necessário em um país cujo serviço público é de baixa qualidade. Ou um valor alto, mas que apresentasse retorno compatível. Nem uma coisa, nem outra.

O pedágio é caro, complica a vida das pessoas e os benefícios muitas vezes podem se resumir a uma bem feita ‘maquiagem’. Em alguns trechos, nem a isso

Desde 7 de junho de 1998, os paranaenses são obrigados a pagar para circular por algumas das mais importantes estradas do Estado. Foi nesse dia que as primeiras praças de pedágio do Anel de Integração começaram a funcionar. Hoje, são seis concessionárias atuando em 27 áreas de cobrança nas rodovias federais e estaduais do Paraná.

A melhoria das condições de tráfego e da “aparência” de diversos trechos, no entanto, pode esconder problemas graves. O alto custo do pedágio é responsável por mudanças drásticas na vida de muitos paranaenses, que se sentem vítimas da política de concessão de rodovias.

Outros reconhecem as melhorias promovidas pelas empresas. Mas, nem assim, o pedágio deixa de ser alvo

de críticas. A principal queixa é contra as tarifas praticadas nas mais diversas praças. No único local de cobrança entre Curitiba e o litoral - a praça Caminho do Mar - o preço para carros é R\$ 10,60. Um caminhão de sete eixos paga R\$ 62,30.

As condições das estradas pedagiadas foram conferidas de perto por uma equipe da Folha de Londrina. Em cinco dias, a reportagem percorreu todos os quase 2.500 quilômetros dos trechos concessionados, trazendo histórias sobre as mudanças que a cobrança acarretou na vida de muitos usuários.

Uma cobrança que ainda é questionada na Justiça. Por isso, cartazes e placas nas praças sugerem que os usuários guardem os recibos para um possível ressarcimento futuro. Também foi verificada a qualidade do atendimento prestado pelas concessionárias e o nível de abertura para comunicação de eventuais queixas dos motoristas.

Dois casos práticos mostram que há méritos e defeitos. Enquanto o socorro para a retirada de um carro, que despencou da ribanceira em Ortigueira, foi rápido e eficiente; um grupo de motoristas de caminhão teve de esperar socorro por mais de três horas na Serra da Esperança, perto do pedágio de Relógio.

Acompanhe, a seguir, histórias, flagrantes e avaliações recolhidas pela reportagem da Folha ao longo das estradas pedagiadas do Paraná.

O que se diz sobre o pedágio

- Apenas 1/3 do que as concessionárias arrecadam no Paraná é investido nas estradas. (Fórum Popular contra o Pedágio)
- O pedágio é lesivo ao público em geral porque os custos são repassados para os preços das mercadorias. Quem não usa também está pagando. (OAB)
- O problema do pedágio no Paraná são as altas tarifas e a forma como são feitos os reajustes. (FAEP)
- Com recursos de impostos, como o IPVA e a CIDE, é possível manter e ainda ampliar as estradas. (DER)
- Deveria ser criada uma agência reguladora do pedágio, com participação do governo, concessionárias e usuários. (Ocepar)
- Motorista de Londrina paga mais caro por quilômetro rodado. (DER/Londrina)
- A opinião de que o pedágio é caro tem a ver com a alta carga tributária do País, que também afeta outras tarifas. (ABCR)

Reflexo

Os agricultores formam uma das classes mais prejudicadas pelo pedágio. O prejuízo é ainda maior para quem produz perto das praças de cobrança. Em Floresta, o caminhoneiro Márcio Martins, 26 anos, é responsável pelo transporte da produção do campo para a cidade, onde as cargas são repassadas para os fretistas. Nas cinco viagens diárias até o centro de distribuição, o custo é de R\$ 280,00. O reflexo, claro, é aumento no preço do pro-

duto. Em Alto Paraná, o lavrador Manoel Alves do Amaral (foto), 60, acompanhou de perto as mudanças na Rodovia BR-376, desde os tempos da estrada de terra. Exceção, Amaral considera que o preço do pedágio está “bom.” Mas adverte: “Só não pode é subir.”

“Modelo precisa de aperfeiçoamento”

Fernando Rocha Faro
Fábio Galão

Ocepar sugere criação de uma agência reguladora do pedágio, com participação do governo, concessionárias e usuários

Curitiba - Entre as entidades representativas de diversos setores da sociedade paranaense, as críticas ao pedágio variam de incisivas a moderadas. Todas, no entanto, indicam que o modelo precisa ser melhorado. O presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar), Anselmo Trombini, afirma que o diálogo entre governo, usuários e concessionárias sobre as tarifas deve ser estimulado.

“O custo (do pedágio) é alto, mas o custo decorrente de más condições de estradas é maior. As despesas com o pedágio acabam repassadas para o consumidor final”, diz Trombini. “Nós já pagamos muitos impostos para que as estradas sejam bem conservadas sem pedágio. Há uma falha do poder público”.

A Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) estima que o pedágio representou R\$ 78,24 milhões a mais nos custos do escoamento da safra do Estado em 2005. Essa quantia significou um aumento de 14,76% em relação ao ano anterior. A entidade critica o modelo de pedágio no Paraná, onde os usuários custeiam as obras que as concessionárias são obrigadas por contrato a fazer.

“Em países desenvolvidos, primeiro os serviços são disponibilizados e só depois se inicia a cobrança”, argumenta Robson Mafioletti, analista técnico e econômico da Ocepar. A entidade sugere a criação de uma agência reguladora do pedágio, na qual concessionárias, governo e representantes dos usuários tomariam decisões sobre obras nas estradas e reajustes de tarifas.

“Apenas 1/3 do que as concessionárias arrecadam no Paraná é investido nas estradas”, critica Acyr Mezzadri, coordenador estadual do Fórum Popular contra o Pedágio. “No Brasil, o pedágio opera num modelo nocivo, porque as empresas exploram rodovias públicas, construídas com dinheiro público. As concessionárias deveriam devolver as estradas para o Estado”.

Diumar Bueno, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros do Paraná (Sindicam) e da Federação Nacional dos Caminhoneiros (Fenacam), comenta que, para a categoria, o pedágio representa entre 20% e 25% sobre o valor do frete. “Para os caminhoneiros, a solução seria que as empresas que contratam serviços de transporte respeitassem a lei do vale-pedágio, que existe desde 2002. Mas apenas as grandes e mais organizadas a cumprem. Muitos caminhoneiros ficam com o prejuízo”, diz Bueno.

Rodovias poderiam ser mantidas só com impostos

Os contratos de concessão de rodovias, firmados pela gestão anterior do Governo Estadual e particulares, são favoráveis às empresas que administram as estradas. A opinião é do diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) no Paraná, Rogério Tizzot. Para ele, os recursos arrecadados com impostos são suficientes para manter as rodovias.

“Defendemos que, com recursos de impostos como o IPVA e a CIDE, é possível manter e ainda ampliar as estradas”, afirma. Ele revelou que obrigações das concessionárias foram retiradas do contrato depois que o Governo Estadual determinou, em 1998, a redução de 50% do valor da tarifa.

“Hoje, se a gente determinasse a redução, no dia seguinte a Justiça concederia liminar cancelando essa ação. Por que naquela época as empresas não foram à Justiça e a redução vigorou por um ano e oito meses?”, questiona.

Segundo Tizzot, estima-se que as concessionárias tenham arrecadado R\$ 640 milhões em 2005. Ele acredita que R\$ 100 milhões seriam suficientes para manter as rodovias que hoje estão sob concessão.

Para tentar reverter os valores das tarifas, existem 92 ações correndo na Justiça. O diretor do DER disse ainda que a redução determinada em 1998 serviu de pretexto para a retirada de obrigações das empresas, como a duplicação de trechos e a construção de contornos.

Quanto à localização das praças, criticada por caminhoneiros, ele ressaltou que foi determinada em contrato e aceita pelo governo anterior.

Socorro

Na Rodovia BR-277, entre Curitiba e Guarapuava, um grupo de caminhoneiros de Toledo teve de esperar horas pelo atendimento da Caminhos do Paraná. Após um problema na turbina de um dos veículos, os motoristas pararam num recanto da Serra da Esperança, perto da praça de Irati. Contudo, o primeiro atendimento ocorreu apenas uma hora e cinco minutos depois que o caminhoneiro Anderson Luís Dalcin, 27 anos, acionou a empresa. Quando o guincho chegou, quase três horas depois do primeiro contato, outro problema. O engate não era compatível com o modelo do caminhão, um Internacional 9.800. O resultado disso foi um atraso de pelo menos 24 horas na entrega da carga de adubo que estava sendo levada de Ponta Grossa a Umuarama. “O pedágio é bom, mas a tarifa tinha de baixar uns 30%”, diz Dalcin. Já na BR-376, em Ortigueira, o vendedor Valcir José Fontana, 37, teve atendimento rápido da Rodonorte. Após perder o controle numa curva, a Fiorino dele caiu no barranco. O motorista não se feriu. Com apoio da Polícia Rodoviária, o guincho da companhia foi rapidamente acionado para fazer a retirada da caminhonete.

Valores altos podem alterar destinos

Quase oito anos e vários aumentos depois, a instituição do pedágio nas estradas paranaenses ainda gera

indignação e revolta entre os usuários. Mais do que a cobrança da tarifa em si, questionam-se os altos valores praticados pelas concessionárias.

O principal problema é que a implantação das praças de pedágio proporciona impacto difícil de calcular para quem tira o sustento das rodovias ou para quem vive próximo dos locais de cobrança.

Um caso exemplar é o do ex-caminhoneiro Romilton Edson Freghetto, de Cascavel, que com apenas 28 anos já deixou a profissão por não ter condições de bancar os custos das viagens. Morador de Cascavel, trabalhou como caminhoneiro por sete anos: dos 18 aos 25. “Com a tarifa de pedágio muito alta e o óleo diesel muito caro, não estava mais sobrando o que sobrava antigamente”, constata.

Viu-se, assim, obrigado a buscar alternativas para sobreviver. Hoje, faz o trabalho de intermediário entre cooperativas e caminhoneiros, para transporte de cargas.

Outro caso é o de Elisa Otília Werner, 60 anos, proprietária de comércio à beira da estrada BR-277, no trecho entre Curitiba e o litoral. Ela conta que viu o movimento cair drasticamente à medida que a tarifa do pedágio era reajustada. Hoje, até pensa em vender o estabelecimento, que é a fonte de sustento da família há quase uma década.

De acordo com Elisa, os clientes comentam que o que poderiam gastar no comércio é usado para pagar o pedágio. O resultado é uma queda de 50% nas vendas. No início, o movimento era grande. O pátio vivia lotado de carros. Num fim de semana, eram vendidos 300 cocos. Também eram servidas refeições e lanches. “Agora, não me atrevo mais a fazer almoço. Pastel, só se alguém pedir, aí eu frito na hora”. Nos dias mais fracos, passa sem vender nada.

Elisa diz que ainda está confiante em conseguir vender o negócio. Cheia de energia, afirma que pretende “cair na estrada” para ganhar a vida, tentando sobreviver de artesanato. O sonho de um comércio próspero foi barrado na praça de pedágio.

Caminhoneiros: paixão tarifada

A cobrança de pedágio é hoje a principal barreira entre os caminhoneiros e sua grande paixão: a vida nas estradas. Muitos alegam que não abandonam a profissão por falta de alternativas. As queixas sobre os altos custos e os fretes baixos são comuns. Contudo, a maioria diz que gosta de viver pelas estradas do País. Mesmo com tantas dificuldades.

Ainda jovem, mas já experiente no ramo, o caminhoneiro José Carlos Tarabaica Junior, 25 anos, de Palmas, diz que não consegue deixar a boléia. “Nós só estamos nisso porque gostamos. Não consigo ficar sem. Já tentei parar e voltar a trabalhar na cidade, de motorista mesmo. Só que o salário é menor”, conta.

E quando o assunto é trabalhar longe de casa, Tarabaica fala com conhecimento de causa. Motorista de uma empresa, acostumou-se às longas viagens, como esta, de três dias, que o leva da Lapa, no Paraná, ao Recife, em

Pernambuco. A seguir, deve passar dois meses fazendo fretes nas regiões Norte e Nordeste. Mesmo confiante de que vai continuar no ramo por muito tempo ainda, “até quando aguentar”, Tarabaica avalia que, “por causa do pedágio, o caminhoneiro autônomo está aguentando um ou dois anos, no máximo. Muitas vezes, acaba tendo de vender o caminhão”.

Para se manter na estrada, no entanto, os motoristas são obrigados a fazer verdadeiras ginásticas financeiras e a contar com bastante ajuda. Cada centavo economizado é importante. Ainda mais quando o sustento da família sai do lucro obtido com o caminhão.

Além de pagar as contas da casa, Claudino Rodrigues, 53, de Ijuí (RS), quita as mensalidades da faculdade de medicina da filha com os ganhos dos fretes. A maior queixa dele é a relação custo/benefício, já que “nem todas as pedagiadas estão em boas condições.”

Para Rodrigues, o trecho de Curitiba a Lapa é curto para o valor do pedágio. “Tem de ter pedágio, só que um pouco mais barato. Eles pegaram a estrada pronta aqui (BR-476), conservam a grama nas beiradas e tapam os buracos. Não tem nem acostamento”, critica. O custo, para usar 20 quilômetros de rodovia concessionada, como foi o caso de Rodrigues, é de R\$ 36,00.

A regra para driblar o que consideram cobrança excessiva é usar a criatividade. Poucos metros antes da praça de Arapongas, na BR-369, João Couto Sobrinho, 58, para no acostamento para recolher um dos eixos de sua Scania 124G-420. Com isso, paga uma tarifa menor.

“Cada centavo que a gente economiza é importante”, ressalta. E ele mostra o porquê. O frete de R\$ 2 mil é praticamente consumido todo pelas despesas com combustível, pedágio, manutenção do veículo e alimentação. Para o motorista, sobram apenas R\$ 160,00, obtidos após dois dias na estrada, levando um contêiner de Paranaguá para Maringá.

Outra forma de economizar é contar com o apoio de postos de combustíveis de beira de estrada. Em Santo Antônio da Platina, um estabelecimento oferece um “brinde” para o caminhoneiro que abastecer no local. Cada litro de óleo diesel significa um centavo de bônus para o caminhoneiro. Para encher um tanque, são gastos de 250 a 300 litros. Esta quantia significa praticamente uma refeição no restaurante vizinho.

“A gente está ajudando. Quando chega a hora de almoço e do jantar, às vezes a gente dá até a refeição para o caminhoneiro”, relata o gerente do posto, Adilson Paulo da Silva, 34. “A gente diminui o lucro para dividir, porque as coisas estão difíceis para todos”, acrescenta.

Comerciantes: prejuízos acumulados

Os comerciantes que tiram o sustento de estabelecimentos situados às margens das estradas pedagiadas do Estado também são bastante prejudicados pela concessão de rodovias. A cobrança é apontada por muitos como a principal causa dos prejuízos acumulados desde o início da cobrança. Não são raros casos de profissionais que,

quando têm alternativa, querem deixar o ramo, justificando que a “concorrência” das cancelas está inviabilizando os negócios.

Proprietária de uma lanchonete entre a praça de Floresta e a ponte do Rio Ivaí há 20 anos, a comerciante Sônia Maria Montezol, 46 anos, lamenta a queda de movimento desde a implantação do pedágio. Quando não havia a cobrança, clientes de cidades vizinhas como Floresta, Itambé e até Maringá desciam para a lanchonete nos fins de semana. Com a tarifa de R\$ 6,60 para carros, a diminuição da clientela foi, segundo ela, de cerca de 80%.

Por outro lado, ela admite que houve redução no número de acidentes. “Antes eu que tinha de levar os acidentados. Hoje eu não vou nem no local. Eu só ligo e a Viapar vem em cinco minutos”, diz.

Sônia fala com conhecimento de causa. O filho dela foi uma das vítimas socorridas pela concessionária. Em 1999, Gildo Montezol, 25, estava no carro de um amigo, que perdeu a direção e chocou-se contra o barranco. O jovem fraturou a coluna e teve atendimento da Viapar, mesmo fora do trecho da concessionária. “Se não fosse a Viapar seria mais complicado o atendimento. Até quando tem assalto eles vêm”, afirma.

Para não deixar de vender, Sônia e Gildo fazem entregas depois do pedágio, especialmente para clientes de Maringá. A manobra é possível porque ela possui uma credencial de proprietária rural para pagar R\$ 6,60 por mês, o valor de uma tarifa, e tem o trânsito liberado o mês todo.

Ela diz que, após o término da ampliação da ponte sobre o Rio Ivaí, em cerca de um ano, deve vender o comércio e tentar a vida em Portugal. “Se barateasse eu continuaria trabalhando normalmente.” A mãe dela, que também tem comércio do outro lado da ponte, deve deixar o ramo.

Em Ivailândia, Celso Luís Maximiniano, 44, trabalha como vendedor numa barraca de artigos variados. A maior parte do material - como painéis de alumínio - vem de fábricas da região. Apesar do movimento razoável, as vendas estão fracas.

“A maioria dos motoristas para mais para olhar. Aqui chega muita gente reclamando que faz a contagem do dinheiro e tem de separar o do pedágio. Acaba não sobrando para gastar com a gente”, diz. Mesmo assim, apóia a cobrança, especialmente com o início das obras de alargamento da ponte sobre o Rio Ivaí.

Trabalhando na barraca da mãe, Márcia Lopes, 39, tem um concorrente ainda mais voraz. O estabelecimento na beira da Rodovia Argus Thá Heyn, a PR-407, que liga Praia de Leste a Paranaguá, é a fonte de sustento da família há 40 anos.

Depois da alta do preço da praça Caminho do Mar, que fica em São José dos Pinhais, o tráfego caiu drasticamente. A redução do lucro da comerciante foi ainda maior. O fluxo de veículos desvia-se pela estrada Alexandra-Matinhos, para fugir do pedágio. No verão, segundo ela, as vendas deveriam ser bem maiores.

A consequência é que o estoque de chapéu de palha e banana está praticamente parado. Outra dificuldade é que a concessionária, segundo ela, cria obstáculos para que os nativos montem comércio na beira das estradas. “A gente é pobre. Precisa aproveitar as vendas da temporada para sobreviver. A maioria dos nativos está revoltada com essa situação”, queixa-se Márcia.

“Diário de viagem”

Fernando Rocha Faro
Fábio Galão

A situação das rodovias trecho a trecho

A primeira estrada pedagiadas do roteiro é a BR-369, trecho sob concessão da Viajar. A praça de Arapongas fica a poucos quilômetro do Centro de Londrina e o custo é de R\$ 4,40 para carros. A pista é dupla, sem canteiro central. No entanto, o acostamento é estreito e praticamente não comporta um carro popular com segurança.

Na praça de Mandaguari, BR-376, o valor é o mesmo. Após o trevo para Umuarama, a pista volta a ser dupla, agora com canteiro central. A sinalização de boa qualidade contrasta com irregularidades no asfalto. No trevo de Mandaguaçu, novamente pista simples. Não há terceira faixa, nem nos trechos de subida.

Mesmo assim, o motorista percebe logo o aviso do pedágio da Presidente Castelo Branco: R\$ 6,00 para carros. Pouco depois, no trevo de Floráí, o número de remendos na pista impressiona. O resultado é turbulência durante a viagem. A maior parte do trecho até Nova Londrina possui terceira faixa nas subidas.

2 - Maringá - Cascavel

O destino agora é a Rodovia Violino Pacientes, a PR-317, início do trecho de Maringá a Foz do Iguaçu. Como todas as praças fazem a cobrança nos dois sentidos, é necessário pagar novamente o pedágio da Presidente Castelo Branco (R\$ 6,00).

Nesta estrada, o asfalto já é de melhor qualidade e existe marota de proteção entre as pistas duplas. Há reapartamento e pintura novos na altura do trevo de Vitela.

Em Floresta, o pedágio custa R\$ 6,60. Na sequência, a primeira obra de vulto: a ampliação da ponte sobre o Rio Ivaí.

Após a passagem pelo contorno de Campo Mourão, retomamos a BR-369. Placas indicando telefone de emergência são constantes. Os pedágios de Campo Mourão e Corbélia custam R\$ 6,60 cada. O trecho tem asfalto sem buracos e com poucas turbulências. Há obras de restauração em três quilômetros dessa pista. Depois da praça de Corbélia, há muitas faixas contínuas e possuímos adicionais.

A chegada a Cascavel mostra um problema comum de vias rápidas em trechos urbanos. Pedestres e ciclistas arriscam-se no asfalto, mesmo com a existência de passarela. Já o entroncamento das rodovias BR-369 e Engenheiro Tasso da Costa Redarguas, a BR-277, é um dos

mais complicados de todo o percurso, em especial pelo intenso movimento de caminhões.

3 - Cascavel - Foz do Iguaçu

Este é o último ponto sob responsabilidade da Viajar e início do trecho até Foz do Iguaçu, da concessionária Rodovia das Cataratas. Até a cidade das três fronteiras são mais duas praças, que representam custo de R\$ 12,40.

Antes de atingir a praça de Céu Azul, há propaganda de obras de duplicação feitas no trecho da Serra do Mico. Na cancela: R\$ 5,40. A pista, após o limite entre Matelândia e Medianeira, é dupla e de boa qualidade.

Na praça de São Miguel do Iguaçu, a tarifa custa R\$ 7,00. Os 25 quilômetros até Foz são de pista dupla, com canteiro central e boa sinalização.

4 - Cascavel - Guarapuava

A terceira praça de pedágio da BR-277, também da Rodovia das Cataratas, fica em Cascavel e custa R\$ 5,80 para carros. Há trechos frisados, que aumentam a aderência ao asfalto. A reclamação dos usuários é sobre o número insuficiente de terceiras faixas.

A seguinte fica em Laranjeiras do Sul e também custa R\$ 5,80. A sinalização é excelente, principalmente em curvas perigosas. Na praça de Cândói, o custo é de R\$ 5,80.

5 - Guarapuava - Porto Amazonas

Ainda na BR-277, a primeira praça de pedágio da concessionária Caminhos do Paraná fica em Relógio, cujo valor é R\$ 6,40. A maior parte dos trechos é de pista simples, especialmente na Serra da Esperança.

Na praça de Irati, o custo é de R\$ 5,60. O que chama a atenção é a caixa de desesperação situada ao lado das cancelas, que “deve ser usada” por caminhoneiros que fiquem sem freio. É a prova de que, como alguns profissionais apontam, a praça de cobrança está em local inadequado.

Em Porto Amazonas fica a única praça da Caminhos do Paraná na BR-277, com custo de R\$ 6,40. Mesmo perto da cancela, há falhas nos olhos de gatos. A partir da cidade até o entroncamento com a BR-376, as condições do asfalto e sinalização são melhores.

6 - Porto Amazonas - Curitiba

A partir do entroncamento entre as rodovias BR-277 e BR-376, o trecho é da Ordenarei. Depois de oito quilômetros, a única praça até Curitiba é São Luís do Peruana, que custa R\$ 4,70. O trecho é de pista dupla, com asfalto de boa qualidade e canteiro central.

7 - Curitiba - Lapa

A BR-476 é uma das principais vias de acesso da Capital ao Sul do Estado e a Santa Catarina. Logo após o trecho urbano de Araucária, inicia-se a concessão da Caminhos do Paraná até a Lapa. Até o limite com Contenda, há pistas simples e terceira faixa. Depois disso, um dos trechos com asfalto de pior qualidade em todo o

Estado. Não há buracos, mas ondulações na pista. O acostamento também é precário.

Na praça da Lapa, o valor é de R\$ 6,40. A concessionária cuida também da Rodovia Deputado Alívio Beliche, a PR-427. São 42 quilômetros de pista simples e estreita, onde os pedestres têm de disputar espaço com caminhões e carros. Praticamente não há pontos de ultrapassagem. A concessão termina em poucos quilômetros.

6 - Curitiba - Paranaguá

Uma das principais vias de acesso ao litoral, a BR-277, entre Curitiba e Paranaguá, é uma das melhores estradas do Estado. Para passar pela praça Caminho do Mar, o preço é R\$ 10,60, o valor mais alto do Estado. Um caminhão de sete eixos, por exemplo, chega a pagar R\$ 62,30. O trecho é de pista dupla, ora com marota, ora com canteiro central.

A Ecovia cuida também de trecho da Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn, a PR-407, saindo de Paranaguá, com destino a Matinhos. A maior parte é de pista simples, com acostamento em bom estado.

8 - Curitiba - Ponta Grossa

O trecho conta com duas praças de pedágio: São Luís do Purunã e Witmarsum, ambas na BR-376 e da Rodonorte. Os preços são respectivamente de R\$ 4,70 e R\$ 6,60, com estrada de boa qualidade.

9 - Ponta Grossa - Jaguariaíva

Perto de 110 quilômetros da PR-151 separam Ponta Grossa de Jaguariaíva. Até Castro, a pista é dupla e com canteiro central. O asfalto é de boa qualidade. A cidade de Carambeí fica às margens da movimentada estrada. Nas proximidades, há diversos trechos remendados.

Na praça de Carambeí, o preço é R\$ 5,50. Após a passagem por Pirai do Sul, a pista volta a ser simples, com trechos de terceira faixa. Obras recentes acabaram com os buracos que existiam no trecho, mas o motorista e passageiros ainda podem sentir a trepidação dos veículos.

A praça de Jaguariaíva fica pouco antes do final do trecho de concessão. O custo é de R\$ 4,20. São dois locais de cobrança em pouco mais de 100 quilômetros concessionados da PR-151.

10 - Ponta Grossa - Relógio

O entroncamento da PR-151 com a BR-373 marca também o final do trecho de concessão da Rodonorte e o reinício da Caminhos do Paraná. A ligação entre Ponta Grossa e Relógio é responsabilidade da Caminhos. A pista é simples com ondulações e acostamento em apenas um lado, em grande parte da estrada.

Na praça de Imbituva, carros pagam R\$ 5,60. Em Guamiranga, a qualidade melhora um pouco, mas não persiste até o final do trecho de concessão, em Relógio.

11 - Ponta Grossa - Londrina

Entre Ponta Grossa e Apucarana, a pista é simples, com terceira faixa e sinalização vertical e horizontal,

inclusive olhos-de-gato, de boa qualidade. O trecho da BR-376 é da Rodonorte.

A primeira praça é a de Tibagi, cujo preço é R\$ 6,20. Trechos de curvas perigosas são duplicados. Antes de Apucarana, mais duas praças: Imbaú e Mauá da Serra, que também custam R\$ 6,20.

Após o limite entre Ortigueira e Mauá da Serra, a pista na Serra do Cadeado é dupla e com canteiro central. Em Califórnia, volta-se para a BR-369 e é retomada a concessão da Viapar até Apucarana. Depois, a pista até Londrina é dupla e de boa qualidade. Só que no caminho ainda é necessário passar novamente pela praça de Arapongas.

12 - Londrina - Porto Charles Nauffal

O caminho entre Londrina e a divisa com o Estado de São Paulo pode ser feito pelas rodovias PR-545 e PR-323. O trecho da Econorte conta com subidas com terceira faixa e sinalização de boa qualidade, principalmente nas proximidades da ponte sobre o Rio Tibagi. Perto da praça de Sertaneja, onde o preço é R\$ 7,40, a pista é de excelente qualidade.

A PR-090, caminho alternativo entre Ibiporã e Sertãoópolis, também recebe conservação da concessionária. A pista é estreita, praticamente sem acostamento ou pontos de ultrapassagem. Já o Contorno de Ibiporã é novo e não apresenta problemas.

13 - Londrina - Santo Antonio da Platina

Entre as duas cidades, pelas rodovias BR-369 e BR-153, há duas praças: Jataizinho e Jacarezinho. A praça de Jataizinho é a segunda mais cara do Estado: R\$ 8,60 para carros. Diferentemente do trecho supervisionado pela Ecovia no litoral, que mantém o pedágio de preço mais elevado, a pista é simples, com trechos de terceira faixa. Sinalização e pintura são de boa qualidade.

Em Cambará há uma praça desativada. Depois, em Jacarezinho, a última praça da Econorte. O preço é R\$ 7,90. Uma parte da BR-153 também se inclui na malha viária sob responsabilidade da Econorte. No perímetro urbano de Santo Antônio da Platina há passarela e lombadas para facilitar o tráfego de pedestres.

Equação matemática define valores das tarifas

O diretor-regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) no Paraná, João Chiminazzo Neto, afirma que a opinião da maioria dos usuários de que o pedágio é caro está diretamente ligada à alta carga tributária existente hoje no País, que também afeta outras tarifas. “Qualquer usuário de serviço público, ao ser perguntado sobre o valor da tarifa, naturalmente sempre se manifesta achando que é caro. Não podemos considerar que nada é caro ou barato sem o estabelecimento de uma comparação entre custo e benefício.”

Chiminazzo explica que a definição dos valores da tarifa foi feita pelo governo estadual, nas licitações, e o cálculo do reajuste anual resulta de uma equação matemática, na qual são levados em conta fatores como receita, volume

de tráfego, custos operacionais e das obras. Nele são aplicados os índices relativos à terraplanagem, pavimentação, obras de arte (viadutos, pontes etc.), custo da construção civil e de consultoria, entre outros.

“É preciso entender”, acrescenta, “que as empresas foram convidadas a participar da licitação e a assumir todas as obrigações estabelecidas em contrato. Não tomaram as estradas de assalto”.

Segundo o diretor, a versão estadual da cobrança de pedágio nasceu após a criação do programa brasileiro de concessões, por meio de concorrência pública internacional. O início foi em 1996, quando foram definidas as empresas vencedoras. No ano seguinte, houve a estruturação. Os trabalhos de preparação foram iniciados em janeiro de 1998. A cobrança começou em junho do mesmo ano.

Em julho de 1998, o Governo Estadual determinou a redução da tarifa em 50%. Logo após a oficialização, de acordo com a ABCR, as concessionárias entraram com ação judicial e obtiveram uma liminar em 21 de agosto, que as desobrigava da realização de investimentos e reduzia as verbas do poder concedente em 50%. A demora de um ano e oito meses para recomposição das tarifas decorreu do trâmite da ação na Justiça Federal.

A ABCR ressalva que a tarifa somente foi recomposta após decisão, em março de 2000, que determinou ao Estado retomar o valor original e restabelecer o inicial equilíbrio econômico e financeiro. Essa decisão motivou o DER a fazer nova proposta, considerando a redução em torno de 20% para as tarifas por eixo comercial e o consequente novo cronograma.

Entre as obrigações previstas em contrato, de acordo com informações da ABCR, incluem-se o cumprimento do cronograma das obras de recuperação das rodovias e de manutenção; prestação de serviços adicionais, como atendimento pré-hospitalar; resgate com guincho (remoção de veículos em pane); prestação de informações sobre as condições de tráfego; atendimento de incidentes (deslizamentos, queimadas, cargas derramadas, animais mortos etc.); pesagem de veículos e apoio ao policiamento rodoviário, entre outras.

Sobre a rapidez da Justiça em julgar os questionamentos, envolvendo o pedágio, Chiminazzo afirma que o Poder Judiciário tornou-se “mais célere pelo maior grau de conhecimento da matéria e sucessivas ações similares, e ainda por entender que a motivação do atual governo é política e não técnica ou econômica.”

João Chiminazzo Neto comenta ainda que as possibilidades para redução do valor do pedágio estão nas mãos do governo. “Para rever a tarifa é necessário rever todo o contrato. A equação entre receita e custo das obras e manutenção é simples. Não há mágica”, conclui.

Necessidade ou maquiagem?

Terrenos roçados nas margens, placas refletivas e pintura das canaletas de escoamento de água. Para quem não tem conhecimento técnico, é difícil diferenciar entre

o que realmente é necessário para garantir a qualidade das estradas e o que pode ser considerado apenas “maquiagem”.

Segundo o superintendente regional do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em Londrina, Wilson Luiz Bazzo, existem algumas formas usadas pelas concessionárias para conferir uma aparência mais agradável às vias. Um exemplo citado é a pintura das canaletas. “São providências que não são exatamente necessárias, mas que servem para mostrar que a estrada está bonita. É óbvio que isso é uma maneira de impressionar o usuário”.

Para a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), no entanto, a necessidade existe. As canaletas, como exemplifica a entidade, são consideradas itens de segurança nas estradas e servem para a drenagem superficial do pavimento, conduzindo a água pluvial e reduzindo o desgaste do asfalto.

Contudo, o melhor é fiscalizar. Para isso, o DER mantém uma espécie de parceria com os usuários. Qualquer motorista pode denunciar possíveis defeitos na malha viária, de sinalização, entre outros. A responsabilidade de cobrar providências e soluções das empresas é do próprio DER.

Diariamente, uma equipe da Tecpar, autarquia do Governo Estadual, percorre as rodovias do Estado para verificar as condições de tráfego. Quando algum defeito é constatado, o DER notifica a concessionária para apresentar uma solução no prazo de 30 dias.

No caso da Região Norte, as notificações são constantes, mas a Econorte nunca deixou de fazer as adequações solicitadas ou recebeu multa.

Por outro lado, as concessionárias mantêm um livro de reclamações destinado aos usuários nas bases operacionais, casas do motorista e cabines de cobrança. A equipe do DER é responsável pela triagem e encaminhamento das reclamações. As queixas também podem ser feitas por meio do telefone e da Internet.

Mesmo com os diversos canais de comunicação, o número de queixas ainda é baixo. No final do ano passado, foram quatro em dois meses. Para o engenheiro do DER, Carlos Fumi Yamamura, a estatística é resultado do “comodismo” dos usuários. “É que as pessoas não querem perder dez minutos para preencher o livro”, avalia. As reclamações também são encaminhadas para a Polícia Rodoviária.

O pedágio em outros países

De acordo com o assessor técnico-econômico da Faep, Nilson Camargo, o principal problema do modelo de pedágio instituído no Paraná são as altas tarifas. “Não somos contra a cobrança, mas contra os valores praticados e a forma como são feitos os reajustes”, declara.

Ele comparou o pedágio paranaense com o sistema de outros países. “Na Europa, principalmente, existem vias alternativas às estradas pedagiadas, diferentemente do que ocorre aqui”, critica. O estudo feito pela entidade mostra detalhes sobre os modelos de pedágio de outros países.

Estados Unidos - No início dos anos 90, as estradas pedagiadas nos Estados Unidos representavam 6,5% do sistema rodoviário interestadual e 7% do tráfego. Atualmente, a extensão norte-americana de rodovias concedidas não passa de 7.150 km, sendo que a malha total pavimentada dos EUA ultrapassa 5 milhões de quilômetros.

Espanha - Atualmente, a rede concedida compreende 2.000 km de rodovias, operadas por oito concessionárias, das quais seis são privadas e duas estatais. O sistema de concessões praticado na Espanha é misto e está sob intensa regulamentação. O poder público, que define as tarifas, tem grande participação nas concessionárias, não só por meio do controle acionário, mas também por meio de um delegado nomeado por decreto e encarregado de acompanhar as atividades dessas empresas.

França - Compreendendo 5.726 km de vias expressas, a rede concedida francesa é gerida por nove empresas, das quais oito são de economia mista, controladas pelo poder público, e apenas uma é privada, responsável por 700 km da malha. A coordenação fica por conta da entidade pública ADF - Autoroutes de la France -, que detém 34% do capital das empresas. O modelo francês caracteriza-se pelo pragmatismo, relação de confiança entre os parceiros e pela participação de grandes empresas, estimuladas por incentivos econômicos-.

Itália - O país possui 6.175 km de vias expressas concedidas, gerenciadas pela SPA Società Autostrade, de economia mista, com 51% de ações estatais. Desse total, apenas 3.200 km são concedidos a outras administrações públicas e particulares (vias de menor importância). A construção e a manutenção das rodovias são financiadas pelo pedágio. Apenas uma entre as 25 concessionárias italianas (a que explora o trecho de Turim a Milão, de 127 km) é privada. As restantes contam com capital público e apoio de organismos regionais ou locais.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO DE 2006.

“Londrina, cadê você?”

Carlos Rachid
Folha de Londrina

Quem não se lembra daquela Londrina vibrante de anos atrás? O colima da cidade era outro. Tínhamos cabeças que capitaneavam o movimento empresarial da cidade - GPDR, o PDI, a ACIL, a Codel. Estes foram atores de uma movimentação de força e inteligência nesta cidade. O que aconteceu? Parece que uma jamanta nos atropelou. Alguém anotou a placa? Onde está a força empresarial de Londrina?

Londrina é uma bolinha um pouco mais que as outras no mapa do Estado. Por duas razões: população de 500 mil habitantes e um aeroporto. Dados do Banco Central colocam Londrina e Maringá quase no mesmo pata-

mar na movimentação financeira. Londrina tem duzentos mil habitantes a mais. O irônico é o aeroporto. O de Maringá funciona o ano todo. O nosso só funciona em dias de céu azul e sem vento. É uma estratégia que os mandantes desenvolveram para atrair novos investidores.

As diferenças não são só essas. Londrina tem favela. Maringá não. Londrina tem muita gente andando no comércio. Maringá tem mais gente comprando e é crescente o número de marcas fortes das capitais. Londrina tem um custo de ocupação de loja em shopping parecido com o de São Paulo. Em Maringá é bem menor.

Quem é a liderança empresarial reconhecida de Londrina? Maringá acordou para este diferencial há exatos seis anos. E se mexeu.

Cenário relevante atual de Londrina: baixa oferta de empregos; médias salariais baixas; índice inex-pres-sivo de remuneração por participação ou resultado; criminalidade elevadíssima; crescente tráfico de drogas (já somos uma capital mundial); nossos bandidos já oferecem “serviço” sofisticados como seqüestros-relâmpagos, especialistas em malotes, rede de informações interna à empresa, etc. E o que dizer da apatia da população em relação à segurança pública?

Vão negar? Senhores políticos, acabem comigo perante a opinião pública, por favor. Aproveitem meu artigo para garantir votos. Antes disso, porém, lembrem-se que se a opção for esta vocês estarão confirmando a única coisa que parece terem feito ultimamente: discurso. E os piores que já ouvimos!

Em tempo, aqui vai uma informação não tão ruim. Após estudos, um economista apontou quatro tipos de negócios que têm crescido sem qualquer obstáculo e até algum incentivo em Londrina: igrejas evangélicas, barzinhos, catadores de papel e carroças puxadas a cavalo. Este e, sem dúvida, um maravilhoso modelo de pujança. Com a palavra, os enganadores, os oradores e os oportunistas de plantão!

Carlos Rachid é pequeno comerciante
lojista em Londrina e Maringá

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DE 15 DE MARÇO DE 2006.

“O triste espetáculo da matança”

Opinião - Folha de Londrina

O sacrifício sanitário de bovinos no Paraná não difere do abate de gado que ocorre diariamente nos frigoríficos do Brasil, país que é o grande produtor de carne e possui rebanho equivalente à sua população: 200 milhões de cabeças. Mas é triste o espetáculo da matança se acontece por razões de política comercial e outras não reveladas, como no presente caso. Não há febre aftosa a justificar o extermínio, mas o Paraná foi marcado pelo estigma do mal inexistente e amarga esse drama, sem nada dever. estas mortes são inúteis, a não ser para satis-

fazer razões da insensatez humana, que trilha pelo vasto caminho de interesses, externos mas também internos. Tudo isto já foi discutido à exaustão, só restando a certeza de que não há febre aftosa nos rebanhos paranaenses.

Também se reduz a questão de somenos importância discutir, a esta altura, que tanta carne seja desperdiçada quando imperam no País bolsões de fome. Porque 20 mil ou 40 mil reses sacrificadas são ainda pouco diante do criatório bovino brasileiro, que é imenso e se recompõe com facilidade, pela vasta extensão das pastagens e pela dinâmica da tecnologia. Mas entristece, e causa consternação nacional, saber-se que tudo isto acontece com animais sadios e que são lançados inteiros nas covas. Se, de uma forma ou de outra, essa espécie animal se destinaria aos matadouros para alimentar pessoas, o holocausto que ora acontece tem todas as marcas de barbárie. Faz lembrar, da história paranaense, a época em que se queimou toneladas e toneladas de café em grão, em Londrina e outros pontos da região, para solucionar o “problema” do excesso de produção e sustentar preços no mercado internacional. Durante semanas assistiu-se à agonia de montanhas de café irem definhando pelo fogo lento do braseiro. A geada negra das duas madrugadas fatídicas de 19 e 20 de julho de 1975 - quase 30 anos depois da imolação do café - viria como indicativo de sinistro retorno face ao crime cometido. Findou-se, com essa geada fatal, o ciclo fantástico do café, que enriqueceu o Paraná e viu cidades florescerem ao seu redor, e, mais à distância, fazendo a capital do Estado saltar de 160 mil habitantes no início dos anos 50 para a metrópole de poucas décadas depois. O dinheiro que dava em árvore, naqueles tempos, serviu a todos, de norte a sul e de leste a oeste do Paraná. Agora destrói-se animais, uma reedição do que aconteceu com o café. Tudo se explicaria se, pela eventual infestação de uma epidemia de aftosa, o extermínio se tornasse irreversível. Mas, não é o caso do Paraná, e disso todos sabem. O que de início defendeu-se como fórmula - se é que houvesse a moléstia, de que se suspeitava - converteu-se num barbarismo. Um vendaval está passando pelo Paraná e ficará registrado na consciência daqueles, que, insensatamente, o geraram.

“Perdão de Deus”

Phoenix Finardi
Folha de Londrina

Ao ler os jornais esta manhã, fiquei profundamente evergonhada. Minha vontade era não olhar as fotos do sacrifício dos animais nas fazendas aqui do Paraná, não ler os textos dos repórteres que estiveram lá presenciando esse horror. Mas eu sei que os Teus olhos estavam lá. O senhor viu.

Eu não sou veterinária, nem pecuarista. Não tenho nenhum cargo no Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), nunca trabalhei na Seab (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento). Não sou especialista em gado nem entendo muito de febre aftosa.

Mas o que eu não entendo mesmo é como pude-mos chegar a esse ponto.

Fui ensinada a crer que o homem é superior a todas as outras criaturas porque têm inteligência e raciocínio. Estou começando a duvidar disso.

Recebemos nas mãos um planeta maravilhoso, habitado por uma variedade incrível de criaturas. Tudo que tínhamos a fazer era cuidar do “Jardim”. Perdão, Senhor.

Não conhecemos a cura para aftosa, mas tínhamos como prevenir a doença. Não sabemos se o gado estava mesmo doente, mas poderia-mos ter confirmado isso antes de matá-lo. O que nós sabemos com certeza, Deus, é destruir.

Na falta de respostas convincentes para um problema que nós mesmos criamos, buscamos a solução usual para todos os conflitos: as armas.

Perdão também, Deus, pela forma como matamos esse gado. Até para matar nós somos incompetentes.

Finalmente, perdão pelo desperdício da carne, que cobrimos com terra como se assim nossa vergonha também fosse encoberta.

Nada pode contrariar os interesses políticos e econômicos. Eles berram mais alto que a ciência, que a fome, que o bom senso, que a misericórdia, que a honestidade, e que o próprio gado ao ser morto.

Perdão. E se é que ainda podemos pedir alguma coisa, Deus, livra-nos da gripe aviária.

“Encarando a morte”

Folha de Londrina

“Eu esperava cheiro de ração senti o cheiro de chumbo”!

Pensando bem, nada mudou: meus antepassados puxavam carroções enquanto aguentavam. Velhos e cansados. eram mandados para o frigorífico. Homens ingratos! Continuam ingratos! Eu mesma, como mãe, herdei lindos bezerros que viraram reprodutores, que tiveram filhos e que ganharam prêmios. Me orgulho tanto disso que até relevo o fato de nunca ter podido namorar um boi formoso e conviver lado a lado com ele... sonho de toda fêmea. Ao longo da minha vida, entupiram meu ventre de sêmen de ampola, congelado. Coisa mais fria. mas aceito, resignada, a nova tecnologia. Aceito até o fato de terem sugado meu leite, enquanto meu bebê, apartado de mim, comia capim em outro pasto. É melhor pensar assim do que imaginar que o destino dele poderia ser pior. mas, gente, dei tudo de mim! Dei leite, dei carne, dei lucro. E estou sadia! Posso dar muito mais! Então, vira esse rifle para cá, meu! Céus, o que está acontecendo ao meu lado? Colegas se esvaindo em sangue? Não tem jeito mesmo, chegou a minha vez. Então, que eu morra com dignidade! Vou encarar esse idiota olho no olho. Ele não vai esquecer a cena. Mas, espera aí... Vou apodrecer naquela vala? Não vão aproveitar minha carne? Nem o couro? Quanto desprezo! Então, usem pelo menos meus chifres. Mandem aqueles poderosos guardarem meus

chifres de recordação. Ah, eles já têm um... alguns! Então, entendi. Agora entendi o motivo de tanto despeito, intolerância e maldade.

Carta “psicografada” da vaca Eterna, que encarou com dignidade o rifle sanitário na Fazenda da Pedra Preta no dia 08/03/06.

“As fotos da morte anunciada”

Oswaldo Militão
Folha de Londrina

A Folha fretou um avião para poder fazer as fotos que publicou na edição de ontem sobre a matança do gado, que o Ministério da Agricultura diz que estava com aftosa, na fazenda Pedra Preta, no município de Maringá. E para lá enviou o fotógrafo Paulo Wolfgang e o repórter Fábio Cavazotti para fazer a cobertura aérea do triste acontecimento. Em terra, estavam a repórter Fernanda

Mazzini e o fotógrafo Carlos Bozelli. As fotos foram assunto de ontem na cidade e no Paraná, e por onde a Folha chegou, também através do Portal Bonde, com as pessoas lamentando como pode um país de famintos, de 46 milhões de brasileiros muito pobres, com o governo pedindo ajuda para o chamado Programa Fome Zero, um Ministério de Brasília institui em mandar abater, até ingressando na Justiça, centenas de cabeças de gado, gordo, viçoso, de aparência muito saudável, mesmo sob protesto dos produtores rurais e da grande maioria da população. Para o fotógrafo Paulo Wolfgang o espetáculo é ‘dantesco’, desolador, triste, revoltante. O que o povo diz nas ruas é que foi ‘foi um ato político de gente do governo, sabe se lá por qual razão’. Só Brasília para explicar. Uma coisa é certa: não convidem o ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, para tomar café com os pecuaristas do Paraná.

